

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
Programa de Pós-graduação em Sociologia Política

Título: Juventude, Ensino Técnico e Mercado de Trabalho no Município de
Macaé

Nadine da Silva Esteves

Campos dos Goytacazes, RJ

2016

Nadine da Silva Esteves

Título: Juventude, Ensino Técnico e Mercado de Trabalho no Município de
Macaé

Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Sociologia Política.

Orientadora: Prof.^a Dra.^a Wania Amélia Belchior Mesquita

Campos dos Goytacazes, RJ

2016

Nadine da Silva Esteves

Juventude, Ensino Técnico e Mercado de Trabalho no Município de Macaé

Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Sociologia Política.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Wania Amélia Belchior Mesquita

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Wania Amélia Belchior Mesquita (Orientadora)
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

Prof.^a Dr.^a Mylene Nogueira Teixeira
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

Prof. Dr. Ricardo André Avelar da Nóbrega
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

Prof. Dr. Marcos Abraão Fernandes Ribeiro
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense - IFF

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família e aos meus amigos por todo o apoio que me foi oferecido durante este percurso. Agradeço aos professores do Programa de Pós Graduação em Sociologia Política por todo o conhecimento transmitido ao longo das disciplinas e um agradecimento especial a minha orientadora Professora Wania Mesquita.

E agradeço a Deus por ter me proporcionado tudo isso.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as perspectivas de jovens estudantes, com idades entre 15 e 24 anos, de instituições do Sistema S de ensino técnico do município de Macaé, unidades do SENAI e SENAC, em relação à escolaridade, as oportunidades disponibilizadas pelo mercado de trabalho após a conclusão do curso técnico e suas expectativas futuras. O município de Macaé sofreu diversas mudanças a partir da década de 1970 com a descoberta de reservas de petróleo e a implantação de uma base da Petrobras. Nessas últimas décadas renovou totalmente sua estrutura produtiva, criou muitos postos de trabalho que exigem uma mão de obra qualificada, onde o ensino técnico profissional encontra bastante espaço no mercado de trabalho. Contudo, este quadro vem sofrendo alterações nos últimos meses devido a uma turbulenta crise pela qual a Petrobras está passando. Neste contexto, todos os alunos entrevistados ressaltaram a importância de estar estudando e todos demonstraram a intenção de continuar estudando após a conclusão do curso em que atualmente estão matriculados. Sobre a atual situação econômica do país, e principalmente do município, todos tem acompanhado de alguma forma o desenrolar da situação, inclusive quando questionados sobre quais dificuldades esperam encontrar para se inserir no mercado de trabalho, muitos citaram a crise como um dos problemas, contudo estão otimistas de que esse momento turbulento irá melhorar e que o mercado de trabalho voltará a disponibilizar vagas.

Palavras-chave: Juventude, Mercado de trabalho, Ensino Técnico, Macaé

ABSTRACT

This study has as main objective to analyze the prospects of young students, aged between 15 and 24 years old, of institutions of the S System technical education in the city of Macaé, units of SENAI and SENAC, in relation to education, the opportunities offered by the market work after completion of the technical course and their future expectations. The city of Macaé has undergone several changes from the 1970s with the discovery of oil reserves and the establishment of a base of Petrobras. In these last decades completely renewed its production structure, created many jobs that require skilled labor, where the vocational technical education is enough space in the labor market. However, this situation has been changing in recent months due to a turbulent crisis that Petrobras is going through. In this context, all the students interviewed highlighted the importance of being studying and all showed the intention to continue studying after completing the course in which they are currently enrolled. On the current economic situation of the country, and especially the city, everyone has accompanied somehow the development of the situation, including when asked what difficulties to expect to enter the labor market, many mentioned the crisis as one of the problems, however they are optimistic that this turbulent time will pass and that the labor market will again provide jobs.

Keywords: Youth, labor market, Technical Education, Macaé

Lista de Tabelas

Tabela 1 - População de 15 a 24 anos de idade, segundo os Censos Demográficos - Brasil - 1940/1996

Tabela 2 - Dados divulgados pelo CAGED referentes ao saldo do número de trabalhadores admitidos e despedidos no ano de 2015 no Brasil

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Evolução do Número de Matrículas na Educação Profissional de Nível Médio por dependência administrativa no Brasil – 2004-2013

Lista de Quadros

Quadro 1 - Evolução do número de matrículas na educação Profissional de Nível Médio no Brasil – 2007 - 2014

Quadro 2 - Número de Matrículas na Educação Profissional de nível médio no Brasil, por Dependência Administrativa – 2004

Quadro 3- Número de Matrículas na Educação Profissional de nível médio no Brasil, por Dependência Administrativa –2007

Quadro 4 - Número de Matrículas na Educação Profissional de nível médio no Brasil, por Dependência Administrativa – 2009

Quadro 5 - Número de Matrículas na Educação Profissional de nível médio no Brasil, por Dependência Administrativa- 2012

Quadro 6 - Número de Matrículas na Educação Profissional de nível médio no Brasil, por Dependência Administrativa- 2013

Quadro 7 - Evolução populacional de Macaé – 1991 – 2010

Quadro 8 – Evolução do Número de Matrículas no Ensino Técnico de Nível Médio em Macaé por dependência administrativa – 2007 -2014

Quadro 9 - instituições de ensino técnico profissional de nível médio existentes no município de Macaé no ano de 2014

Quadro 10 – Evolução do Emprego de Janeiro a Dezembro no município de Macaé – 2002 – 2015

Quadro 11 - Perfil dos alunos do SENAI

Quadro 12 - Perfil dos alunos do SENAC

LISTA DE SIGLAS

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SISUTEC - Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SINAJUVE - Sistema Nacional de Juventude

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ONU - Organização das Nações Unidas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SAM - Serviço de Atendimento ao Menor

PNBEM - Política Nacional de Bem-estar do Menor

FUNABEM - Fundação do Bem-estar do Menor

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

SNJ - Secretaria Nacional de juventude

CONJUVE - Conselho Nacional de Juventude

PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens

CNI - Confederação Nacional da Indústria

CNC - Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

PIB - Produto Interno Bruto

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

CNCT - Catálogo Nacional de Cursos Técnicos

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

DEED - Diretoria de Estatísticas Educacionais

CVT - Centro Vocacional Tecnológico

FAETEC - Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro

FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

SPE - Secretaria de Política Econômica

CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

IFF- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

| | |
|--|------------|
| Introdução..... | 13 |
| Capítulo 1 - Juventude, políticas públicas e mundo do trabalho..... | 17 |
| 1.1 Considerações sobre a conceituação de juventude | 17 |
| 1.2 Políticas Públicas para juventude no Brasil | 21 |
| 1.3 Juventude, mundo do trabalho e formação profissional | 29 |
| Capítulo 2 – Ensino técnico no Brasil e a sua relação com a indústria petrolífera no município de Macaé | 35 |
| 2.1 - Ensino técnico no Brasil: Mais de um século de história marcada por diversas modificações | 35 |
| 2.2 O ensino técnico profissional de nível médio na atualidade | 44 |
| 2.2.1 Formato atual do ensino técnico profissional de nível médio..... | 44 |
| 2.2.3. Qualificação técnica profissional de nível médio: números atuais | 47 |
| 2.2.3.1. SENAI e SENAC neste cenário | 51 |
| 2.3 Os jovens e o ensino técnico profissionalizante | 53 |
| 2.4. Macaé e a dinâmica da indústria petrolífera | 54 |
| Cap. 3. A narrativa dos jovens em relação à escolaridade, mercado de trabalho e expectativas futuras | 68 |
| 3.1. Abordagem metodológica da Pesquisa | 68 |
| 3.2. Perfil dos jovens entrevistados | 70 |
| 3.3. As narrativas dos jovens | 74 |
| 3.3.1. Motivações para cursarem o ensino técnico profissionalizante | 75 |
| 3.3.2 Perspectivas sobre escolaridade | 77 |
| 3.3.3. Ensino técnico | 82 |
| 3.3.4. Estágio | 85 |
| 3.3.5. Crise na Petrobras e expectativas em relação às oportunidades disponibilizadas pelo mercado de trabalho | 86 |
| Considerações finais | 93 |
| Referências | 95 |
| Anexos | 101 |

Introdução

Ao longo das últimas décadas acompanhamos múltiplas e profundas mudanças na sociedade em geral, tanto de cunho político como também social e econômico. Uma dessas mudanças foi a crescente modernização do modo de produção econômico devido aos avanços tecnológicos.

Esses avanços tecnológicos fizeram com que aumentasse a exigência por uma mão de obra mais escolarizada e mais qualificada que se adeque às novas demandas impostas pela economia regida por uma nova base técnico científica, que aliada ao processo produtivo, proporciona o aumento da produtividade e da expansão econômica (POCHMANN, 2001; LARANJEIRA, TEIXEIRA, 2008).

Essa exigência afetou a relação entre educação e sociedade no Brasil, colocando em debate os dilemas e perspectivas da educação, principalmente, a educação técnico profissional (TEIXEIRA, 2010).

Neste contexto, os estudos sobre juventude e educação profissional técnica ganha uma centralidade com foco nas discussões conceitual e empíricas sobre juventude, escola e trabalho (SILVA; PELISSARI; STEIMBACH, 2012), podendo remeter para contextos societários distintos e para quadros conceituais também diferenciados. Nesta perspectiva, a presente dissertação buscou desenvolver um estudo a partir de uma abordagem sociológica com jovens estudantes, com idades entre 15 e 24 anos, do ensino técnico profissional de nível médio do Sistema S de ensino, unidades SENAI e SENAC, na cidade de Macaé, localizada na região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, que é fortemente marcada pelas dinâmicas da indústria petrolífera.

Esta pesquisa teve como objetivos analisar as perspectivas de jovens em relação à: escolaridade, as oportunidades disponibilizadas pelo mercado de trabalho após a conclusão do curso técnico e suas expectativas futuras; assim como as suas motivações para cursar o ensino técnico no Sistema S de ensino. Para sua realização foi utilizada uma metodologia qualitativa, através de entrevistas semi-estruturadas.

Ao analisarmos a legislação da educação brasileira podemos constatar que esta acompanhou alguns elementos das referidas transformações e sofreu diversas alterações ao longo dos anos, principalmente no que se refere à qualificação profissional. A legislação do ensino técnico passou, desde o início dos anos 1900, por importantes modificações nas suas leis nos diferentes governos que se seguiram sempre com o intuito de formar pessoas qualificadas para atender a crescente demanda do mercado de trabalho.

Atualmente o ensino técnico continua em evidencia com a criação em 2011 do PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, que tem como objetivo ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada, e em 2013, a criação do SISUTEC - Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica.

Em um panorama onde se ampliam as exigências por uma maior e melhor escolarização sem que estes padrões garantam a inserção, ou a ascensão e estabilidade profissional, a educação de nível técnico profissional surge como uma possível alternativa para a produção de uma maior igualdade de oportunidades, colaborando com a formação de trabalhadores qualificados para a realização de tarefas no setor urbano-industrial (TEIXEIRA, 2010; MACIEL, 2006).

Além disso, tem sido crescente a integração globalizada e ao mesmo tempo, nunca foram tão fortes os processos de exclusão e profundo os sentimentos de desconexão. Embora estes aspectos tenham consequências na sociedade como um todo, para todas as faixas etárias, suas repercussões tem um maior impacto sobre a juventude. As intensas mudanças no mercado de trabalho atingem de maneira particular os jovens, pois estes estão buscando sua inserção no mercado de trabalho e emancipação, mas esbarram na crescente exigência por qualificação e experiência profissional (NOVAES, 2007).

Entretanto, a categoria juventude não pode ser analisada somente como um elemento demográfico, caracterizada por uma faixa etária, com uma personalidade homogênea e universal (SOUZA, 2005).

Quando se trabalha com a questão da juventude, é necessário considerar a diversidade social, econômica e cultural existente nesta categoria (MARTINS, 2000).

O quadro do mercado de trabalho apresentado acima, ganha contornos específicos no município de Macaé que teve sua estrutura e economia profundamente alteradas com a implantação da atividade petrolífera.

A economia da região em que este município está localizado foi, durante muito tempo, baseada na produção agrícola e na pesca, até que, durante a década de 1970, a descoberta dos primeiros poços de petróleo na Bacia de Campos, que se estende das imediações da cidade de Vitória (ES) até Arraial do Cabo (RJ) em uma área de aproximadamente 199 mil quilômetros quadrados, modificou a estrutura sócio espacial da região (CRUZ, 2007).

No que se refere à infra estrutura e logística, o complexo petrolífero ficou centralizado no município de Macaé com a instalação da base da Petrobras. Os impactos, em termos urbanísticos e sobre o mercado de trabalho, foram mais significativos neste município, onde circula a maior parte do dinheiro mobilizado pela atividade extrativa petrolífera (CRUZ, 2003).

Isto fez com que o município de Macaé se tornasse um importante polo regional. As mudanças ocorridas na região pela indústria do petróleo também ocorreram no campo da qualificação profissional e mercado de trabalho (CRUZ, 2003).

Trata-se de uma economia que necessita e emprega mão-de-obra qualificada, nos níveis técnico e superior, o que acarretou um redirecionamento das ações de formação e qualificação profissional da região (CRUZ, 2003).

A cidade teve um rápido crescimento econômico e demográfico, é considerada a “Capital Nacional do Petróleo”, mas nos últimos meses enfrenta problemas gerados pela crise cuja Petrobras está atravessando devido aos escândalos de corrupção descobertos por investigações da Polícia Federal,

além das dificuldades ocasionados pela queda do preço do barril de petróleo (UOL)¹.

Neste contexto torna-se interessante analisar as perspectivas dos alunos do ensino técnico em relação à inserção e atuação no mercado de trabalho após a conclusão do curso, assim como suas percepções em relação a este momento conturbado que o país e o município de Macaé estão passando.

Desta forma, o presente trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo é apresentada uma discussão sociológica acerca da juventude, assim como um breve histórico sobre as políticas públicas voltadas para os jovens no Brasil. Também é realizada uma discussão em torno do mundo do trabalho, da qualificação profissional e a juventude neste contexto.

No segundo capítulo foi elaborado um breve histórico da educação profissional de nível técnico no Brasil, além da apresentação do seu formato e números atuais e o SENAI e SENAC neste cenário. Propõe-se também uma discussão em torno da indústria petrolífera no município de Macaé e sua relação com o ensino técnico profissionalizante.

No terceiro capítulo é abordada a metodologia adotada, a pesquisa de campo e a análise dos dados obtidos através dos relatos dos jovens entrevistados.

¹ De acordo com informações obtidas no site da UOL Disponível no link: <http://economia.uol.com.br/noticias/bloomberg/2015/02/03/brasil-cortes-na-petrobras-sao-desastrosos-para-macaee-a-capital-do-petroleo.htm>

Capítulo 1 - Juventude, políticas públicas e mundo do trabalho

1.1 Considerações sobre a conceituação de juventude

Cada vez mais é recorrente e relevante a abordagem de estudos sobre juventude, entretanto, o que significa ser jovem? O que o conceito de Juventude representa? Como definir os limites etários que a caracterizam?(GUIMARÃES, 2005; TEIXEIRA, 2010; MARTINS, 2000).

Elaborar uma definição para juventude é uma tarefa árdua, diversos autores pesquisaram e discutiram sobre este tema, trazendo importantes contribuições ao longo dos anos. Uma das principais dificuldades encontradas para sua conceituação decorre do fato de os critérios que a constituem serem históricos e culturais (DAYRELL, 2003).

As idades da vida, apesar de serem baseadas no desenvolvimento biopsíquico dos indivíduos, não são um fenômeno puramente natural, são construídas socialmente e suas classificações variam de acordo com o tempo e de acordo com a sociedade (PERALVA, 1997).

Nesse sentido, quando falamos sobre “juventude” estamos entrando em uma complexa teia de representações sociais que vão se construindo e se modificando no decorrer do tempo e das circunstâncias históricas (PAIS, 2008).

De acordo com Novaes (2005)

Variam as idades cronológicas e as expectativas que as sociedades constroem sobre seus jovens. De fato, definições sobre infância, juventude e maturidade foram ganhando conteúdos, contornos sociais e jurídicos ao longo da história, no bojo de disputas econômicas e políticas. São arbitrários culturais e regras socialmente construídas que determinam quando, como e por meio de quais rituais as sociedades reconhecem as passagens entre estas fases da vida (NOVAES, 2005, p.1).

Em relação às fases da vida, Bourdieu (1983) considerou as divisões entre as idades arbitrárias. Segundo este autor, a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável, cujas “as classificações por idade acabam sempre por impor limites e produzir uma ordem onde cada um deve se manter em seu lugar” (BOURDIEU, 1983).

No que se refere à juventude

o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente (BOURDIEU, 1983, p.113).

A partir disso, Bourdieu nos chama atenção para o fato de ao tomarmos os jovens como uma categoria homogênea, que possui os mesmos interesses, corremos o risco de perder de vista as diferenças e as desigualdades que existem nas muitas formas de exercer este período da vida (PEREGRINO, 2011).

No texto intitulado A Construção Sociológica da Juventude – Alguns Contributos (1990), José Machado Pais procura elucidar a ideia de que quando nos referimos à juventude, é necessário explorar não apenas as possíveis ou relativas similaridades entre jovens, como por exemplo, em termos de situações, expectativas, aspirações e consumos culturais, devemos também, e principalmente, explorar as diferenças que entre eles existem (PAIS, 1990, p.140).

Na verdade, nenhum jovem é integralmente igual a outro jovem. O conceito de juventude é formado por uma abstração arbitrária de diferenças individuais (PAIS, 2008). Estes indivíduos formam um conjunto diversificado, com diferentes oportunidades, dificuldades e diferentes parcelas de poder na sociedade (ESTEVES; ABRAMOVAY, 2008).

Segundo Novaes (2007)

Os jovens de hoje também se diferenciam em termos de orientação sexual, gosto musical, pertencimentos associativos, religiosos, políticos, de galeras, de turmas, de grupos e de torcidas organizadas. Estes demarcadores de identidades podem aproximar jovens socialmente separados ou separar jovens socialmente próximos (NOVAES, 2007).

Hoje é comum falar em “juventudes” no plural, pois a condição juvenil é vivida de forma desigual e diversa em decorrência de variados fatores, como por exemplo, a origem social, níveis de renda, as disparidades

socioeconômicas entre o campo e a cidade e entre as regiões de um mesmo país (NOVAES, 2007).

Então, o que é ser jovem? Esta resposta, que não pode ser dada de maneira definitiva, pode ser elaborada da seguinte forma: trata-se da idade objetiva, medida em anos de vida, combinada com as representações sociais que são feitas sobre o jovem (CARRANO, 2011). Entretanto, devido a enorme gama de possibilidades presentes neste segmento, devemos abordá-la como uma categoria heterogênea (ESTEVES; ABRAMOVAY, 2008).

E apesar de alguns autores considerarem uma manipulação ou uma arbitrariedade classificar a juventude através da idade, para alguns aspectos, muitas das vezes, faz-se necessário à definição de uma faixa etária considerada como representativa da juventude, como por exemplo, para a realização de pesquisas ou elaboração e implantação de políticas públicas.

A definição de uma faixa etária se reveste de importância notadamente quando se pensa, por exemplo, em de contagem de população ou definição de políticas e recursos orçamentários (CARRANO, 2011).

O problema que nos surge é que na sociedade moderna não há um consenso em torno dos limites etários utilizados para definir quem deve ser considerado jovem, principalmente no que se refere aos limites de transição para a vida adulta (NOVAES, 2005).

De acordo com Pais (1990)

(...) a noção de juventude é uma das que mais se têm prestado a generalizações arbitrárias. Com efeito, mesmo quando referida a uma fase de vida, o conceito de juventude é um dos que mais têm resistido a uma certa estabilidade operativa: por um lado, porque os contornos da fase de vida a que a juventude se reporta têm sistematicamente flutuado, como vimos, ao longo do tempo; por outro lado, porque a imagem da juventude associada a um processo de transição entre conhecidos e seguros estádios está cada vez mais a tornar-se obsoleta (PAIS, 1990, p.149).

De fato, quando o curso da vida passou a ser segmentado em diferentes fases, conseqüentemente surgiu o problema de como estabelecer os limites de cada fase (PAIS, 2009).

No que se refere à juventude, segundo Pais (2009)

Em sociedades de outrora, existiam ritos de passagem que demarcavam, de modo preciso, a transição dos jovens para a idade adulta. Hoje em dia, muitos desses ritos desapareceram embora alguns ainda sobrevivam (PAIS, 2009, p.374).

Recentemente, o casamento e a obtenção de um emprego eram considerados marcos de transição para a vida adulta. Entretanto, nos dias atuais, são mais fluídos e descontínuos os traços que determinam as fronteiras entre as diferentes fases da vida (PAIS, 2009).

Mesmo quando se procura definir uma faixa etária esbarra-se no problema de que não há um consenso entre as classificações estabelecidas pelos diferentes órgãos institucionais. Muitas vezes ocorre o oposto, encontramos divergências entre estas determinações.

O Estatuto da Juventude, por exemplo, que dispõe os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE, define que são considerados jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos.

Porém, outras organizações adotam diferentes faixas etárias, como por exemplo, a UNESCO que define a juventude como o ciclo etário que engloba pessoas dos 15 aos 21 anos.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considera a faixa etária de 15 a 24 anos como representativa da juventude, assim como a Organização das Nações Unidas (ONU) que também trabalha com esta faixa etária.

Foi esta a classificação escolhida para definir o universo dessa pesquisa, pois foi considerado que através desta, conseguiríamos realizar o estudo tanto com jovens que cursam o ensino técnico de maneira concomitante (ao mesmo tempo cursando o ensino médio) quanto os que o fazem de maneira subsequente (após o ensino médio).

Embora existam variações nos limites etários, geralmente, nas sociedades modernas, a juventude é compreendida como um tempo de construção de identidades e de definição de projetos futuros (NOVAES, 2007).

Nesta fase há também grandes expectativas de emancipação, é o momento da vida em que os indivíduos realizam sua inserção nas variadas dimensões da vida social. Normalmente, é o período de inserção no mundo do trabalho e início do exercício dos direitos e deveres de cidadania (NOVAES, 2007).

Desta forma, a juventude aparece como um importante segmento da população, e como tal, reivindica a atenção do Estado. Os jovens possuem demandas, são “sujeitos de direitos”, e necessitam de programas e ações governamentais que considerem as especificidades da atual condição juvenil. São necessárias políticas públicas voltadas especificamente para esta população.

1.2 - Políticas Públicas para juventude no Brasil

Entendo Políticas públicas como uma ação cujo traço que a define é a presença do Estado atuando em sua elaboração, validação, execução e avaliação (NOVAES, 2007).

No que se refere às políticas públicas voltadas para a juventude, alguns de seus desafios são: combinar projetos e ações que assegurem a igualdade de direitos de cidadania; valorizar a diversidade juvenil por meio de ações afirmativas; e responder às demandas deste segmento da população, respeitando às especificidades da atual condição juvenil (NOVAES, 2007).

Entretanto, o reconhecimento da necessidade de elaboração e implantação de políticas públicas voltadas para a juventude no Brasil é um fenômeno recente. No geral, a discussão sobre a questão dos jovens como sujeitos de direitos avançou, realmente, nos últimos anos (SILVA; SILVA, 2011).

De acordo com Carrano (2011)

Na última década, foram criadas institucionalidades políticas (secretarias, coordenações, assessorias e conselhos) de juventude nos diferentes níveis de governo que expressam a maior sensibilidade para a urgência de se coordenar ações específicas para os jovens no Brasil (CARRANO, 2011, p.205).

Contudo, quando nos remetemos ao passado, é possível perceber que até surgiram algumas políticas públicas voltadas para os jovens, mas não eram nos moldes das que existem atualmente. De fato, a intervenção do Estado brasileiro na elaboração das primeiras políticas públicas para a juventude teve como preocupação principal o “saneamento social”, a prevenção e vigilância de possíveis problemas para a sociedade (CASTRO; ABRAMOVAY, 2002).

Pode-se considerar o Código de Menores do Brasil, sancionado no ano de 1927, como o início das políticas públicas voltadas para a juventude no país. Este foi concebido com a proposta de criar mecanismos de proteção às crianças e adolescentes contra os perigos e ameaças que os fizessem desviar do caminho da ordem e do trabalho (CASTRO; ABRAMOVAY, 2002; KERBAUY, 2005).

As ideias contidas neste código, principalmente no sentido de tutela, orientaram a formulação das outras políticas públicas direcionadas a juventude até o final da década de 1970, quando este foi revogado (CASTRO; ABRAMOVAY, 2002).

Segundo Kerbauy (2005)

A tônica da tutela esteve presente também no Serviço de Atendimento ao Menor (SAM), criado em 1941... A substituição do SAM, em 1964, pela Política Nacional de Bem-estar do Menor (PNBEM), tendo como organismo gestor nacional a Funabem (Fundação do Bem-estar do Menor), serviu também como que para consagrar definitivamente a ideia de o jovem (especialmente o pobre) ser um “infrator potencial” que deveria ser reconduzido às malhas do sistema. Ao Estado caberia o papel de intervir para garantir o modelo de integração defendido pela sociedade (KERBAUY, 2005, p.198).

Analisando a literatura voltada para a relação dos jovens com as políticas públicas no Brasil, percebemos que esta relata a maneira como a

preocupação com a juventude se deu pela via do jovem como um eixo problemático para a sociedade (CARRANO, 2011).

Durante a década de 1950, os jovens foram vistos como possibilidades de corrupção dos costumes, a “juventude transviada”. Nas décadas de 1960 e 1970, foram definidos como focos de agitação social e subversão da ordem pública. Nos anos de 1980 e 1990, classificados como promotores e também vítimas de situações de violência e risco social, além de indivíduos vulneráveis ao desemprego (CARRANO, 2011).

Neste sentido, as políticas públicas elaboradas nas décadas de 1960 e 1970, durante o período da ditadura civil-militar, buscavam principalmente o controle político e ideológico dos jovens estudantes e militantes. A partir da década de 1980, com a redemocratização do país, houve uma crescente participação política da sociedade civil e, nos fins da década, a questão dos direitos e políticas públicas para os jovens ganhou fôlego no país (CASTRO; ABRAMOVAY, 2002).

No ano de 1988 foi criado o Fórum Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente e em 1990 foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (CASTRO, ABRAMOVAY, 2002).

A criação do ECA representou um grande avanço na defesa dos direitos da criança e do adolescente. Apesar de os termos jovem e juventude não estarem presentes neste estatuto, este engloba uma parcela da juventude, pois garante direitos a faixa etária dos 15 aos 18 anos incompletos (SILVA; SILVA, 2011).

Todavia, como seleciona os indivíduos apenas até os limites da maioridade legal, como algumas políticas no passado, acaba por excluir um amplo conjunto de pessoas que permanecem no campo possível de ações porque ainda vivem efetivamente a condição juvenil (SPOSITO; CARRANO, 2006). Os jovens acima desta faixa etária pouco se beneficiaram de políticas específicas, sendo amparados por políticas públicas voltadas para a população em geral (SILVA; SILVA, 2011).

A tabela a seguir nos fornece o representativo da população jovem brasileira, indivíduos pertencentes à faixa etária de 15 a 24 anos, ao longo das últimas décadas:

Tabela 1 - População de 15 a 24 anos de idade, segundo os Censos Demográficos - Brasil - 1940/1996

| Ano | Total Absoluto | Participação em relação à população total | Taxa de crescimento (%) |
|-------------|-----------------------|--|--------------------------------|
| 1940 | 8 246 733 | 20,1 | - |
| 1950 | 10 489 36 | 20,3 | 2,4 |
| 1960 | 13 413 413 | 19,2 | 2,5 |
| 1970 | 18 539 088 | 19,9 | 3,3 |
| 1980 | 25 089 191 | 21,1 | 3,1 |
| 1991 | 28 582 350 | 19,5 | 1,2 |
| 1996 | 31 088 484 | 19,8 | 1,7 |

Fontes: Censo demográfico 1940-1970. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1950-1973, Censo demográfico 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v.1, t.4, n.1, 1983; Censo demográfico 1991. Características gerais da população e instrução. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, n.1, 1996; IBGE, Contagem da População 1996, microdados.

Analisando a evolução da população brasileira de 15 a 24 anos de idade, segundo os Censos Demográficos/IBGE entre os anos de 1940 até o ano de 1996, percebemos que se trata de uma parcela significativa da população, pois durante este período flutuou entre os 19 e 23% da população total do Brasil.

Apesar de ser uma parcela considerável da população do país, as políticas públicas voltadas para esta faixa etária, na maioria dos casos, beneficiavam esta população de maneira indireta, pois seus principais objetivos eram evitar que estes indivíduos se tornassem problemas ao restante da população.

A partir dos anos 2000, este cenário começa a se modificar. Foram criados no ano de 2005 a Secretaria Nacional de juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM – Lei nº 11.129). Estes órgãos representaram um novo

momento para a juventude brasileira e foram responsáveis pela criação e implantação de várias políticas voltadas especificamente para os jovens (SILVA; SILVA, 2011).

Apesar destes avanços, de acordo com Carrano (2011)

Não devemos nos enganar, contudo, e pensar que entramos numa era de consensos sobre a “questão da juventude no Brasil”. Há atravessamentos políticos e sociais – contradições – que não nos permitem ser ingênuos a ponto de pensar que todos os atores políticos presentes no campo compreendem da mesma maneira os “direitos de juventude” (CARRANO, 2011, p.18).

Além disso,

Destaco a fragmentação, a superposição das ações públicas e descontinuidade administrativa, a inconsistência do marco legal, a insuficiência de orçamentos, de recursos humanos e materiais, a despreocupação com as pesquisas de caráter nacional e a não construção de indicadores sociais sólidos, nacionais e comparáveis ao longo do tempo (CARRANO, 2011, p.22).

Apesar dos avanços nos últimos anos, é possível observar que estes esforços não resultaram, de fato, em políticas públicas, mas um conjunto de programas, na maioria das vezes, desconectados, com o foco em grupos de jovens que compartilham uma determinada condição social. Sendo assim, as políticas de juventude caracterizam-se por serem compensatórias e reparatórias (KERBAUY, 2005).

Entretanto, no ano de 2004 foi iniciado um processo de construção de um marco legal para a juventude, uma proposta de lei voltada especificamente para os jovens, o Estatuto da Juventude (SEVERO, 2014).

Esta proposta percorreu um longo e complexo caminho, cercado de contradições e disputas ideológicas, até que, aproximadamente 10 anos após a o surgimento de suas principais ideias, depois de muitas tramitações entre os diferentes órgãos institucionais, foi aprovado em julho de 2013 pelo Congresso

Nacional e sancionado pela presidenta Dilma Rousseff em agosto do mesmo ano² (SEVERO, 2014).

Através dos dados obtidos no site da Secretaria Nacional de Juventude³, pode-se caracterizar o Estatuto da Juventude como: um instrumento legal que determina quais são os direitos dos jovens que devem ser garantidos e promovidos pelo Estado brasileiro, independente de quem esteja à frente da gestão dos poderes públicos.

Ao todo, são 11 os direitos previstos no Estatuto:

- Direito à Diversidade e à Igualdade
- Direito ao Desporto e ao Lazer
- Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão
- Direito à Cultura
- Direito ao Território e à Mobilidade
- Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça
- Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil
- Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda
- Direito à Saúde
- Direito à Educação
- Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente

Este estatuto é garantido pela Lei 12.852/2013. Destaco alguns pontos importantes deste documento:

Título I – DOS DIREITOS E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

CAPÍTULO I – DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

Art. 1º- Esta lei institui o Estatuto da juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.

²Cerca de 180 dias após de sua publicação no Diário Oficial da União, este estatuto entrou em vigência a partir do dia 2 de fevereiro de 2014.

³ Disponível no Link: <http://juventude.gov.br/estatuto#.VrpvtVkvXAE>

§ 1º Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

§ 2º Aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e de Adolescente, e, excepcionalmente, este Estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente.

Seção I

Dos Princípios

Art. 2º O disposto nesta Lei e as políticas públicas de juventude são regidos pelos seguintes princípios:

- I - promoção da autonomia e emancipação dos jovens;
- II - valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações;
- III - promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País;
- IV - reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares;
- V - promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem;
- VI - respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude;
- VII - promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação; e
- VIII - valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações.

Este Estatuto da Juventude engloba questões gerais relacionadas aos jovens. Um de seus obstáculos no momento é a sua popularização, para que os jovens tomem conhecimento destes direitos e os reivindiquem.

Recentemente, a pesquisadora Regina Novaes concedeu uma entrevista⁴ onde discutiu suas percepções em relação ao Estatuto da Juventude. Segundo ela este documento foi uma conquista muito importante para os jovens deste país, contudo conquistas trazem desafios. Agora, um dos perigos deste Estatuto é que se torne apenas mais um documento sem

⁴ Entrevista concedida no Encontro dos Pesquisadores e Pesquisadoras de Políticas de Juventude - Participatório em Rede, ocorrido em Brasília de 2 a 4 de setembro de 2014.

funcionalidade prática. Para evitar este quadro, a pesquisadora sugere que sejam estabelecidos prazos e metas viáveis.

Segundo os dados fornecidos pela Secretaria Nacional de Juventude, a população atualmente beneficiada por este estatuto, indivíduos com idade entre 15 e 29 anos, estaria em torno de 51 milhões de pessoas.

Dentre as questões gerais que este documento engloba existem diretrizes em relação à educação, a profissionalização e o trabalho.

Segundo Corrochano

O mundo do trabalho, seja como realidade no tempo presente, seja como projeto de futuro, tem intensa presença na vida dos jovens. Desde muito cedo, eles se deparam com perguntas sobre suas escolhas profissionais...(CORROCHANO, 2014,p.206).

Neste sentido, destaco alguns pontos neste Estatuto que são relevantes ao tema pesquisado.

Seção II

Do Direito à Educação

Todo jovem tem direito à educação de qualidade, em todos os seus níveis, adaptando-se às necessidades e especificidades da juventude, inclusive no período noturno.

Art. 9º O jovem tem direito à educação profissional e tecnológica, articulada com os diferentes níveis e modalidades de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, observada a legislação vigente.

Seção III

Do Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda

Art. 14. O jovem tem direito à profissionalização, ao trabalho e à renda, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, adequadamente remunerado e com proteção social.

1.3. Juventude, mundo do trabalho e formação profissional

O mundo do trabalho sofreu diversas mudanças ao longo da história, com alterações nas formas de trabalho, nos instrumentos de produção, nos objetos a serem produzidos e também nas relações sociais (CORROCHANO, 2014).

Essas mudanças influenciaram decididamente o papel que a educação e a formação profissional possuem na inserção e trajetória ocupacional das pessoas (POCHMANN, 2005).

Nas sociedades agrárias, por exemplo, o trabalho era realizado com um único objetivo, prover a sobrevivência. Nessas sociedades o trabalho era realizado no próprio lugar de moradia, se iniciava ainda na fase da infância e as pessoas mais velhas tinham a responsabilidade de transmitir aos mais novos seus conhecimentos relativos às atividades laborais (POCHMANN, 2012).

Segundo Pochmann (2012)

As escolas eram quase inexistentes, tornando a formação um evento de repasse do conhecimento existente pela simples prática e cultura oral. Noutras palavras, o processo de formação para o trabalho ocorria simultaneamente ao exercício do próprio trabalho. Não havia inatividade para a aprendizagem, sem separação nítida entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho para formação (POCHMANN, 2012, p. 493).

Geralmente, o conhecimento, no sentido educacional, ficava restrito aos membros da Igreja e a poucos nobres adultos. Além destes, existiam algumas instituições de caridade católicas que ensinavam noções básicas, como ler, escrever e fazer contas, isso enquanto iam transmitindo as lições do catolicismo. Atrelado a isto, na grande maioria dos casos, o ambiente escolar, mesmo que pouco desenvolvido, era restrito as figuras masculinas da sociedade.

A partir do final século XVIII, quando se iniciou a transição para a sociedade urbana e industrial (1º Revolução Industrial), este quadro sofreu alterações (POCHMANN, 2012).

Num primeiro momento, ocorreu à separação da vida laboral da vida doméstica e os agricultores e artesãos passaram a vender sua força de trabalho para a indústria em troca de salários, além da mecanização e segmentação do trabalho em tarefas especializadas (DE MASI, 2003; CASTELLS, 1999).

Posteriormente (2º Revolução Industrial – Século XIX), ocorreram avanços tecnológicos como o desenvolvimento da eletricidade, do motor de combustão interna, de produtos químicos com base científica, da fundição do aço e o início das tecnologias de comunicação, com a difusão do telégrafo e a invenção do telefone, que estimularam a exploração de novos mercados e a aceleração do ritmo industrial (CASTELLS, 1999).

Nesta sociedade industrial, devido às novas tecnologias que surgiram e modificaram o modo de produção, emergiu a preocupação de qualificar os trabalhadores. A educação escolar se tornou um importante elemento neste processo de fornecer as bases para que as pessoas pudessem exercer suas atividades profissionais (SALM, 1998).

Desta forma, foi estabelecido um período de inatividade de crianças e adolescentes para que estes pudessem se preparar para no futuro realizar suas atividades laborais (POCHMANN, 2012).

De acordo com Pochmann (2012)

Em função disso, o processo de formação para o trabalho se tornou organizado em grandes estruturas institucionais que passaram a atuar sob a inatividade que atingiu a fase precoce do ciclo de vida. Ou seja, o ingresso no mundo do trabalho postergado para após a finalização do processo educacional e formativo de crianças, adolescentes e jovens, geralmente financiado com recursos públicos e familiares (POCHMANN, 2012, p. 494).

Desta forma, o processo de formação, normalmente, era direcionado, sobretudo, ao ingresso no mercado de trabalho. Geralmente, na fase adulta, após a conclusão do processo de educação básica, o contato com a educação não era recorrente (POCHMANN, 2012).

A partir do final do século XX, ocorre uma intensa reorganização do modo de produção econômico, novamente, devido às transformações tecnológicas. Com isso, o mundo do trabalho e a formação para o trabalho passaram a sofrer profundas alterações no último quartel deste século (POCHMANN, 2012).

Entre os elementos que foram fundamentais para esta reestruturação, encontram-se, entre outros, os avanços nos segmentos da informação e comunicação, e principalmente, a biotecnologia que foi responsável pelo surgimento de novas relações entre o trabalho manual e o trabalho intelectual (POCHMANN, 2012).

Dentro de uma visão global diante das novas exigências do mercado, que surgiram juntamente com o processo de reestruturação produtiva, a educação ganhou grande importância. No mundo inteiro verifica-se uma preocupação crescente com os sistemas educacionais, manifestada de diversas maneiras (SALM, 1998).

De acordo com Pochmann (2012)

Desde o último quartel do século XX que se encontra em curso inéditos requisitos da formação de um novo trabalhador, mais condizente com as alterações no conteúdo e nas condições de produção e gestão em rede por empresas cada vez mais internacionalizadas. Por conta de possível inadequação entre demanda de trabalho mais exigente e oferta de trabalhadores com menor preparação, os requisitos de qualificação profissional e a elevação das habilidades para o exercício laboral tornaram-se crescentes... (POCHMANN, 2012, p.498).

No bojo destas transformações, o capitalismo continuou produzindo muita riqueza, entretanto, a sua distribuição passou a se dar por mecanismos cada vez menos controlados pelo Estado, numa ordem econômica que se tornou mais individualizada, mais precária, mais mercantilizada e muito mais competitiva (CARDOSO, 2014). Neste panorama, o mundo do trabalho se tornou mais confuso, diverso e desigual (CORROCHANO, 2014).

Nos dias atuais, prevalece um cenário com intensas disputas empresariais, atreladas a apropriação do conhecimento e da tecnologia, que convergem na construção de um novo paradigma organizacional do trabalho

muito diferente daquele que prevaleceu durante os séculos passados (POCHMANN, 2012).

Expressivas alterações podem ser observadas tanto no que se refere aos conteúdos do trabalho, como nas exigências de perfis profissionais e novas qualificações (TEIXEIRA, 2010; SOUZA, 2009).

Novos conhecimentos científicos e tecnológicos estão associados às exigências das empresas para contratação de funcionários. Busca-se também a multifuncionalidade e uma amplitude cada vez maior de habilidades laborais no exercício do trabalho (POCHMANN, 2012).

Desta forma, o mercado de trabalho estaria exigindo uma preparação cada vez maior em termos de educação e formação profissional. Conseqüentemente, o tempo de preparação para a entrada no mercado de trabalho se eleva (POCHMANN, 2005).

As rápidas e intensas mudanças nos padrões tecnológicos do sistema produtivo requerem uma atualização constante por parte dos trabalhadores para se manterem na disputa por postos de trabalho (NUNES; WELLER, 2014).

Desta forma, a educação deixa de ser um requisito necessário apenas nas fases precoces da vida (infância, adolescência e juventude) como ocorria no passado, e se torna uma necessidade ao longo da vida (POCHMANN, 2012).

De acordo com Pochmann (2005)

Essa forma seria a de alcançar a transdisciplinariedade do conhecimento e possibilitar a contínua transferência tecnológica, numa sincronia direta entre o sistema educacional e o mundo do trabalho (POCHMANN, 2005, p.108).

O mundo do trabalho se redesenha, refletindo no mercado de trabalho e precarizando relações, provocando mutações, modificando especializações e, muitas vezes, sepultando carreiras profissionais (NOVAES, 2007).

Assim, as transformações que ocorreram no mundo do trabalho e o aumento dos ganhos de produtividade não significaram um aumento no nível

de emprego, o que tornou desemprego um problema estrutural no cenário global (CORROCHANO, 2014).

Neste cenário, a parcela mais jovem da população se encontra em uma situação de grande vulnerabilidade frente ao mercado de trabalho. Como o tempo médio de estudo se eleva cada vez mais, os jovens tem que adotar diversas estratégias para se manterem estudando e muitas vezes, ao mesmo tempo trabalhar para adquirir renda própria para a sua manutenção e, em alguns casos, de sua família (LEON, 2007).

Esta é apenas uma das dificuldades que os jovens enfrentam para a sua inserção no mercado de trabalho, existem outras como a exigência por parte do mercado de experiência profissional.

Além disso, segundo Teixeira (2010)

Ampliam-se as exigências por uma maior e melhor escolarização sem que estes padrões impliquem, necessariamente, a garantia de inserção, ascensão e estabilidade socioprofissional...A conquista de níveis educacionais mais elevados e passíveis de certificação socialmente reconhecida, antes experimentada como passaporte viável à ascensão e mobilidade social, mostra-se igualmente como campo de fluidez (TEIXEIRA, 2010, p.40).

Atualmente, os jovens de todas as classes e situações sociais demonstram insegurança e angústias quando falam das expectativas em relação ao trabalho, tanto no tempo presente, quanto no futuro. Estes sentimentos estão ligados à percepção de que sua geração está submetida às rápidas transformações tecnológicas no mundo do trabalho (NOVAES, 2007).

Neste sentido, “um emprego para toda vida” é algo que os jovens não podem considerar como garantido (TEIXEIRA, 2010). Nos dias atuais não temos mais “a profissão” como havia nas gerações anteriores. Agora não existem mais garantias de que um jovem que estude, por exemplo, engenharia ou advocacia, exercerá esta profissão no futuro (NUNES; WELLER, 2014).

É um tempo de incertezas, que muitas das vezes, podem levar os jovens a agarrar a primeira oportunidade que encontram, guiados puramente por critérios de segurança (NUNES; WELLER, 2014).

A Educação técnica profissional, neste cenário, pode ser um dos possíveis caminhos a serem seguidos pelos jovens na busca de se qualificarem para o mercado de trabalho. Pode, principalmente, funcionar como “uma porta de entrada” neste meio competitivo, desigual e mutável.

Capítulo 2 – Ensino técnico no Brasil e a sua relação com a indústria petrolífera no município de Macaé

2.1 - Ensino técnico no Brasil: Mais de um século de história marcada por diversas modificações

Alguns autores indicam que pode-se considerar que o início da formação técnica no Brasil ocorreu juntamente ao princípio do desenvolvimento industrial-manufatureiro no país (ARRUDA, 2007; CUNHA, 2000). De acordo com essas análises, no início dos anos de 1900 o Brasil era um país predominantemente rural. Os grandes proprietários de terra viviam nas suas fazendas e as cidades eram habitadas por aqueles indivíduos com baixo poder político e econômico. Neste cenário, o trabalho manual era visto como com certo preconceito, pois remetia as antigas atividades realizadas por escravos (ARRUDA, 2007).

Num primeiro momento, enquanto era Presidente do Estado do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha baixou um decreto criando, em 1906, cinco escolas profissionais. Três destas escolas eram voltadas para o ensino manufatureiro e foram estabelecidas nos municípios de Campos dos Goytacazes, Petrópolis e Niterói. As outras duas escolas eram direcionadas ao ensino agrícola e foram estabelecidas na Paraíba do Sul e em Resende (CUNHA, 2000).

Posteriormente, no ano de 1909, quando já exercia o cargo de Presidente da República, Nilo Peçanha criou 19 escolas de aprendizes artífices - decreto nº 7.566, de 23/09/1909 - uma em cada estado da federação, dando origem à rede federal que culminou nas Escolas Técnicas⁵ (CUNHA, 2000; OTRANTO, 2010).

⁵ No fim da década de 1930, as Escolas de Aprendizes Artífices foram substituídas pelos Liceus Industriais, mudança que praticamente não interferiu nos objetivos das antigas instituições. A partir de 1942, foram criadas as Escolas Industriais e Técnicas, no lugar dos Liceus, com o objetivo de oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário. No ano de 1959, as Escolas Industriais e Técnicas passaram à categoria de autarquias e foram denominadas Escolas Técnicas Federais. Em 1978, por causa de seu crescimento e sua evolução, três destas escolas se transformaram em Centros Federais de Educação Tecnológica, surgindo os CEFET do Rio de Janeiro, Paraná e Minas Gerais. Dessa forma, a rede federal de educação profissional foi adquirindo sua configuração, ao longo da história da educação nacional (OTRANTO, 2010).

Segundo Cunha (2000)

As exceções ficaram com o Distrito Federal e o Rio Grande do Sul. Naquele, o decreto dizia já existir o Instituto Profissional Masculino, e o Rio Grande do Sul, por sua vez, dispunha do Instituto Parobé, unidade da Escola de Engenharia de Porto Alegre, ambas instituições com organização e propósitos semelhantes aos que se determinava para as novas escolas (CUNHA, 2000, p.95).

Todas estas escolas foram implantadas nas capitais dos Estados, exceto a escola do Rio de Janeiro, que ficou localizada na cidade de Campos dos Goytacazes, cidade natal do presidente da República (CUNHA, 2000).

No início do século XX, o recrutamento para estas escolas era uma prática comum do Estado brasileiro. O público deste recrutamento era formado por homens e crianças representantes dos estratos mais baixos da sociedade, indivíduos sem voz ou representação social (ARRUDA, 2007).

Este recrutamento era realizado com o intuito de formar mão de obra para as funções consideradas de baixo valor na sociedade, ao mesmo tempo em que se fornecia uma ocupação a estas pessoas. Seus cursos eram voltados, principalmente, para a formação de aprendizes de marcenaria, sapataria e alfaiataria (ARRUDA, 2007).

Nos anos de 1920 surgiram no país algumas escolas de formação através das experiências das escolas ferroviárias e de profissão de mecânica de máquinas agrícolas, concebidas por Roberto Mange (POCHMANN, 2013).

Apesar da existência destas escolas acima mencionadas, foi somente partir de 1930 que começou efetivamente um investimento do governo na educação técnica profissional devido à intensificação do processo de industrialização no país (POCHMANN, 2013).

A industrialização no Brasil começou realmente a se desenvolver somente a partir da década de 1930 através de mudanças estruturais de caráter econômico, social e político. Anteriormente existia apenas uma pequena produção manufatureira para abastecimento interno e a economia, primária exportadora, tinha como principal produto o café (FURTADO, 1971).

Contudo, este produto enfrentava uma crise de superprodução e a partir de 1929, com a crise que afetou o mundo inteiro, começou a perder espaço, culminando com os próprios cafeicultores passando, posteriormente, a investir na indústria (FURTADO, 1971).

Com essa mudança na economia ocorreu também, de uma forma mais sistemática, a transição para uma sociedade urbano industrial e com isso a formação dos quadros de nível médio e técnicos assumiu historicamente uma importância (WINCKLER; SANTAGADA, 2011).

Com o incremento do processo de industrialização e a implementação de uma organização científica do trabalho nas indústrias, buscou-se pensar uma educação profissional direcionada aos interesses da indústria (ARRUDA, 2007).

A partir deste momento buscavam-se trabalhadores aptos a atuarem nas fábricas e o sistema educacional recebeu críticas por não ser capaz de formar uma mão de obra alinhada com este novo sistema produtivo. Não fornecia um trabalhador capaz de se adequar às exigências do trabalho industrial (ARRUDA, 2007).

Desta forma, a necessidade por parte dos empresários em conseguirem mão de obra qualificada levou o Estado brasileiro a introduzir mudanças no sistema de ensino (ARRUDA, 2007).

Foi ampliada a possibilidade de escolarização da população menos favorecida, foram criados cursos noturnos para o aperfeiçoamento de trabalhadores e elevou-se o nível dos professores, que passaram a ser nomeados a partir da aprovação em provas e apresentação de títulos (ARRUDA, 2007).

Segundo Arruda (2007)

... a formação de uma força de trabalho afinada com o processo de industrialização não se deu sem percalços, já que a população associava o trabalho fabril ao trabalho servil. Para vencer esta resistência, a burguesia industrial procurou associar seu projeto de industrialização ao processo de modernização do país (ARRUDA, 2007, p.35).

A demanda do setor produtivo por um novo perfil de trabalhador se refletiu nas políticas públicas. Entre os anos de 1930 e 1945, durante o governo Vargas, houve o crescimento da procura por operários qualificados e quadros técnicos, devido à implantação do capitalismo industrial nacional. Com o intuito de suprir esta necessidade, a Constituição de 1937 estabeleceu a obrigatoriedade da organização de escolas profissionais pelas empresas e sindicatos (WINCKLER; SANTAGADA, 2011).

No ano de 1942 foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Industrial, que passou a organizar o ensino técnico profissionalizante como uma responsabilidade do governo e não mais como exclusivo de empresas e sindicatos (WINCKLER; SANTAGADA, 2011).

Foi durante este período que foi criado o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, no ano de 1942 através do Decreto-Lei 4.048 do então presidente Getúlio Vargas, com a missão de formar profissionais para a incipiente indústria nacional. Este decreto estabelecia que esta nova instituição de educação profissional seria mantida com os recursos das indústrias e seria administrada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) (SENAI⁶).

Após a queda de Getúlio Vargas, em 1945, um período de “redemocratização” começou a ser construído no país, e com isso novas legislações sobre o ensino surgiram (RODRIGUES, 2010).

Foi neste momento que foi criado o SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - no ano de 1946 pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) por meio do Decreto Lei 8.621. Desta forma o SENAC passou a oferecer, em larga escala, educação profissional destinada à formação e à preparação de trabalhadores para o comércio. Sua criação foi de extrema importância, pois esta instituição passou a desenvolver um trabalho até então inovador no Brasil (SENAC⁷).

⁶ Disponível no Link: <http://www.portaldaindustria.com.br/senai/institucional/2012/03/1,1776/historia.html> Acesso em 20/02/2016

⁷ Disponível no Link: <http://www.senac.br/institucional/senac/historia.aspx> Acesso em 20/02/2016

A partir da metade dos anos de 1950 foi iniciada a internacionalização da economia brasileira, com o Estado atuando fortemente no processo de modernização. O Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek (1956-61) evidenciou a passagem definitiva do país à categoria de industrializado e urbano (WINCKLER; SANTAGADA, 2011).

O governo de Kubitschek proporcionou mais avanços na educação, pois este buscava realizar uma revolução industrial no Brasil. Isto fez com as ações para a formação de técnicos fossem intensificadas porque esta mão-de-obra era considerada fundamental para concretizar esse processo de industrialização. Durante este período o SENAI, já estava presente em quase todo o território nacional.

Foi no governo de JK, que começaram a serem pensados os projetos que depois se tornaram a 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de nº. 4.024 de 1961.

No ano de 1964 o Brasil sofreu um golpe militar e a educação foi influenciada pelas concepções de ordem e progresso, com ações voltadas a qualificação para o trabalho (CUNHA, 2013).

Um destes exemplos foi a Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, promulgada em 1971, que fundiu o ensino primário ao 1º ciclo do ensino médio, criando um novo ensino de 1º grau obrigatório a todos, com oito anos de duração. Desta forma, as quatro últimas séries seriam profissionalizantes, com o currículo voltado a sondagem vocacional e a iniciação para o trabalho. A ideia era a de que todos os alunos concluíssem o 2º Grau com uma habilitação como técnico ou auxiliar técnico.

Segundo informações do MEC⁸, esta lei foi instituída com o objetivo de formar técnicos sob o regime de urgência. Através destas modificações as escolas técnicas federais aumentaram expressivamente o número de alunos matriculados, além do surgimento de outros cursos técnicos.

Entretanto, a longo prazo essa política não funcionou adequadamente, de modo que em 1982 a Lei nº 7.044 produziu uma total reorientação da

⁸ Disponível no Link:
http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf

reforma realizada 11 anos antes, no contexto de flexibilizações na profissionalização obrigatória do 2º grau. Contudo, ao invés de anular todo o conteúdo curricular da profissionalização universal e compulsória, ele permaneceu como uma das possibilidades, ao lado de um currículo exclusivamente propedêutico (CUNHA, 2013).

Durante a década de 1980 o país encontrava-se em uma profunda crise, caracterizada por estagnação econômica e altas taxas de inflação. Foi nesta década que se deu o encerramento da ditadura civil-miliar no país. Uma nova constituição foi estabelecida no ano de 1988, e desta forma a democracia foi restaurada (LACERDA; BOCCHI; REGO; BORGES; MARQUES, 2000).

Apesar disto, a situação econômica no país não melhorou e durante os anos que se seguiram a principal preocupação existente no Brasil era o controle da inflação (LACERDA; BOCCHI; REGO; BORGES; MARQUES, 2000).

No ano de 1993, o então ministro da economia do Governo de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, elaborou um plano econômico de estabilização econômica que ficou conhecido como Plano Real. A partir deste, a situação econômica do país começou a apresentar um cenário mais favorável, pois apesar do aumento do desemprego, da instabilidade econômica e da elevação da taxa de juros, a inflação começou a ser controlada (LACERDA; BOCCHI; REGO; BORGES; MARQUES, 2000).

Fernando Henrique Cardoso assumiu a Presidente da República no ano de 1995 (1995 – 2002) e foi durante o seu Mandato que se realizou uma reforma educacional onde ocorreram mudanças no ensino fundamental, ensino técnico profissional e ensino superior. Leis e decretos ocasionaram modificações em aspectos variados como financiamento, gestão, acesso, avaliação, currículo e carreira docente (CUNHA, 2013).

Segundo Cunha (2013)

A política educacional implementada a partir de 1995 reservou um lugar especial ao ensino técnico. Se, de um lado, ela partiu do pressuposto da necessidade econômica da formação de profissionais de nível técnico, como exigência do

desenvolvimento tecnológico em todos os setores, de outro, ela continha um diagnóstico bastante severo a respeito das duas dúzias de escolas técnicas industriais da rede federal. Essas escolas teriam se transformado em alternativa de ensino médio gratuito e de boa qualidade para jovens de classe média, que não estariam interessados em trabalhar como técnicos, mas, sim, na realização de cursos superiores, em especialidades que frequentemente nada tinham a ver com o curso realizado anteriormente. Em nome, portanto, da otimização econômica dos recursos financeiros públicos, os cursos técnicos deveriam ser oferecidos apenas aos estudantes efetivamente interessados em trabalhar na sua especialidade (CUNHA, 2013, P.55).

Desta forma, através do decreto nº 2.208/97, o ensino técnico passou a ser definido como independente do ensino médio. Neste caso os alunos poderiam cursar o ensino técnico ao mesmo tempo em que cursavam o ensino médio, ou depois deste, e até mesmo de forma isolada (CUNHA, 2013).

Os antigos cursos integrados, que ofereciam a educação geral conjuntamente ao ensino técnico profissionalizante, foram proibidos (CUNHA, 2013).

Posteriormente este decreto foi revogado e o Conselho Nacional de Educação estabeleceu (parecer 17/97) que o certificado de nível técnico somente poderia ser outorgado a quem tivesse concluído o ensino médio (CUNHA, 2013).

No bojo destas mudanças, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação CEB/CNE 4/99, determinou que a educação profissional de nível técnico fosse organizado por áreas profissionais, cada uma delas com as suas características gerais e carga horária mínima (CUNHA, 2013). Desta forma surgiram as primeiras 20 áreas profissionais:

- Agropecuária
- Artes
- Comércio
- Comunicação
- Construção Civil
- Design
- Geomática
- Gestão

- Imagem Pessoal
- Indústria
- Informática
- Lazer e Desenvolvimento Social
- Meio Ambiente
- Mineração
- Química

A regulamentação da educação profissional formulada a partir da LDB (Lei nº 9.394/96), especialmente por causa do decreto nº 2.208/97, sofreu diversas críticas. E apesar de ter sofrido modificações pelo Conselho Nacional de Educação, de acordo com Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005)

De 1996 a 2003, lutou-se por sua revogação, apontando-se para a necessidade da construção de novas regulamentações, mais coerentes com a utopia de transformação da realidade da classe trabalhadora brasileira (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 1089).

No ano de 2004 o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2011) revogou o Decreto nº 2.208/97 através da promulgação do decreto 5.154/04 (PARANHOS, 2010).

O Decreto 5.154/04 possibilita a articulação da Educação Profissional com o ensino médio, podendo ocorrer de forma integrada, concomitante ou subsequente. O Decreto estabelece também, como premissas para a Educação Profissional, a organização por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica e a articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia (MACHADO; FARINAZO; GUEDES, 2010).

De acordo com Castioni (2013)

No ano de 2007, quando os indicadores do Produto Interno Bruto (PIB) anunciavam a consistência do crescimento econômico, ressurgiu com muita ênfase o debate sobre a qualificação da força de trabalho brasileira (CASTIONI, 2013, p. 25).

No ano de 2008 ocorreu uma crise na economia americana, o que levou o mundo a um período de recessão. Mas no ano de 2010, o PIB brasileiro

voltou a subir, atingiu um crescimento de 7,5 %, e a necessidade de trabalhadores qualificados voltou à cena (CASTIONI, 2013).

No ano de 2011 se iniciou o primeiro Mandato presidencial de Dilma Rousseff, e novamente ocorreram mudanças no que se refere à educação técnica profissional, foram criados dois grandes programas a nível nacional. São eles o PRONATEC e o SISUTEC.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)⁹, consiste num programa que tem como objetivo ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

Suas ações visam expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional presencial e a distância.

O Programa almeja também aumentar as oportunidades educacionais aos trabalhadores por meio de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional.

Possui um programa de bolsas chamado Bolsa-Formação, onde são oferecidos cursos gratuitos nas escolas públicas federais e estaduais e nas unidades de ensino do SENAI, do SENAC, do SENAR e do SENAT. Durante o curso, o estudante recebe material didático e um auxílio para alimentação e transporte.

Este programa foi sancionado pela Presidenta Dilma Rousseff através da Lei nº 12.513, de 26 de Outubro de 2011. No ano de 2013 o PRONATEC foi estendido às instituições privadas devidamente habilitadas pelo Ministério da Educação, que deste modo passaram a ser ofertantes dos cursos do Programa.

No ano de 2013 foi criado o SISUTEC¹⁰, Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica. O SISUTEC é um sistema

⁹ Disponível no link <http://pronatec.mec.gov.br> Acesso em 19/02/2016

¹⁰ Disponível no link: <http://sisutec.mec.gov.br/> Acesso em 19/02/2016

informatizado, gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), no qual instituições públicas e privadas de ensino superior e de educação profissional e tecnológica oferecem vagas gratuitas em cursos técnicos na forma subsequente para candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Este programa oferece uma alternativa aqueles estudantes que realizaram o vestibular para ingressar nas universidades e não foram bem sucedidos. Através deste programa estes indivíduos conseguem ter acesso a uma formação profissional.

Em síntese, o que podemos observar quando analisamos essas mudanças ocorridas na legislação brasileira de educação profissional ao longo dos anos é que essas modificações, na maioria dos casos, estavam ligadas ao momento econômico que o país vivia.

Na maioria dos casos havia a necessidade de qualificar a mão de obra brasileira para o desenvolvimento do país, atendendo assim a demanda do mercado de trabalho.

Desta forma pode-se considerar que ao longo da história e dos diversos governos que se seguiram, o ensino técnico profissional foi e ainda é considerado um importante meio para a qualificação de mão de obra.

2.2 O ensino técnico profissional de nível médio na atualidade

2.2.1 Formato atual do ensino técnico profissional de nível médio

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) é a legislação que rege a educação brasileira. Nela estão contidos os parâmetros para todos os níveis de ensino, tanto para as instituições de ensino públicas quanto privadas.

Na versão atualizada deste documento as Leis e Diretrizes que regem o ensino técnico de nível médio são as seguintes:

Seção IV-A

Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio

Art. 36-A. Sem prejuízo do disposto na Seção IV deste capítulo, o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.

Parágrafo único. A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional.

Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas:

I – articulada com o ensino médio;

II – subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio.

Parágrafo único. A educação profissional técnica de nível médio deverá observar:

I – os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação;

II – as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino;

III – as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico.

Art. 36-C. A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do *caput* do art. 36-B desta lei, será desenvolvida de forma:

I – integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno;

II – concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer:

- a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
- b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
- c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado.

Art. 36-D. os diplomas de cursos de educação profissional técnica de nível médio, quando registrados, terão validade nacional e habilitarão ao prosseguimento de estudos na educação superior.

Parágrafo único. os cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas articulada concomitante e subsequente, quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após a conclusão, com aproveitamento, de cada etapa que caracterize uma qualificação para o trabalho.

Estas são as regulamentações legais desta modalidade de ensino. No que se refere aos cursos existente nesta categoria, estes estão disponíveis no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT)¹¹, que foi criado no ano de 2008.

Desde então o Ministério da Educação (MEC) busca analisar a oferta dos cursos técnicos de nível médio no país e também as necessidades da sociedade contemporânea, com o objetivo de promover constantemente a atualização deste catálogo.

Na versão do ano de 2015, este catálogo está estruturado em 13 eixos tecnológicos, são eles:

- Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde
- Eixo Tecnológico: Controle e Processos Industriais
- Eixo Tecnológico: Desenvolvimento Educacional e Social

¹¹ Disponível no link: http://pronatec.mec.gov.br/cnct/eixos_tecnologicos.php Acesso em 18/02/2016

- Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios
- Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação
- Eixo Tecnológico: Infraestrutura
- Eixo Tecnológico: Militar
- Eixo Tecnológico: Produção Alimentícia
- Eixo Tecnológico: Produção Cultural e Design
- Eixo Tecnológico: Produção Industrial
- Eixo Tecnológico: Recursos Naturais
- Eixo Tecnológico: Segurança
- Eixo Tecnológico: Turismo, Hospitalidade e Lazer

Os cursos existentes na versão mais atualizada deste catálogo podem ser vistos no anexo deste documento.

2.2.3. Qualificação técnica profissional de nível médio: números atuais

Nos últimos anos o número de matrículas nesta modalidade de ensino se elevou consideravelmente, como pode ser observado no quadro a seguir elaborado a partir dos dados obtidos nos censos da educação básica realizados através da parceria formada pelo Ministério da Educação (MEC), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e a Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED):

Quadro 1 - Evolução do número de matrículas na educação Profissional de Nível Médio no Brasil – 2007 - 2014

| Ano | Nº de matrícula da educação Profissional (concomitante e subsequente) |
|-------------|--|
| 2007 | 693.610 |
| 2008 | 795.459 |
| 2010 | 924.670 |
| 2012 | 1.063.655 |
| 2014 | 1.374.569 |

Fonte: MEC/Inep/Deed

Notas: 1. Não incluem matrículas da educação profissional integrada ao nível médio

Como pode ser observado através destes dados o número de matrículas na educação técnica profissional de nível médio, quando comparadas entre os anos de 2007 e 2014, nota-se que este número praticamente dobrou.

O censo escolar oferece dados também referentes à educação profissional de nível médio divididos por dependência administrativa das instituições de ensino no Brasil. Esses dados podem ser observados nos quadros a seguir:

Quadro 2 - Número de Matrículas na Educação Profissional de nível médio no Brasil, por Dependência Administrativa - 2004

| Dependência administrativa | Número de matrículas |
|-----------------------------------|-----------------------------|
| Federal | 82.293 |
| Estadual | 179.456 |
| Municipal | 21.642 |
| Privada | 392.702 |

Fonte: MEC/Inep/Deed

Notas: 1. Não incluem matrículas da educação profissional integrada ao nível médio

Quadro 3 - Número de Matrículas na Educação Profissional de nível médio no Brasil, por Dependência Administrativa –2007

| Dependência administrativa | Número de matrículas |
|-----------------------------------|-----------------------------|
| Federal | 82.573 |
| Estadual | 215.252 |
| Municipal | 23.819 |
| Privada | 371.966 |

Fonte: MEC/Inep/Deed.

Notas: 1. Não incluem matrículas da educação profissional integrada ao nível médio

Quadro 4 - Número de Matrículas na Educação Profissional de nível médio no Brasil, por Dependência Administrativa – 2009

| Dependência administrativa | Número de matrículas |
|-----------------------------------|-----------------------------|
| Federal | 86.634 |
| Estadual | 271.128 |
| Municipal | 25.695 |
| Privada | 477.657 |

Fonte: MEC/Inep/Deed.

Notas: 1. Não incluem matrículas da educação profissional integrada ao nível médio

Quadro 5 - Número de Matrículas na Educação Profissional de nível médio no Brasil, por Dependência Administrativa- 2012

| Dependência administrativa | Número de matrículas |
|-----------------------------------|-----------------------------|
| Federal | 105.828 |
| Estadual | 330.174 |
| Municipal | 20.317 |
| Privada | 607.336 |

Fonte: MEC/Inep/Deed.

Notas: 1. Não incluem matrículas da educação profissional integrada ao nível médio

Quadro 6 - Número de Matrículas na Educação Profissional de nível médio no Brasil, por Dependência Administrativa- 2013

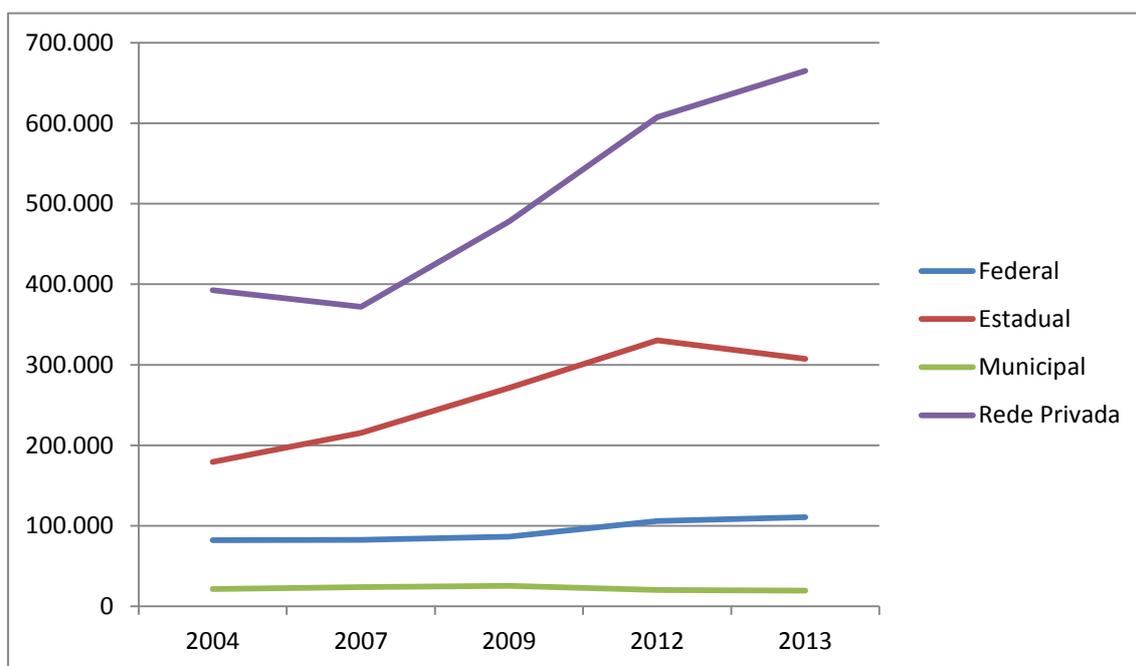
| Dependência administrativa | Número de matrículas |
|-----------------------------------|-----------------------------|
| Federal | 110.670 |
| Estadual | 307.491 |
| Municipal | 19.392 |
| Privada | 665.108 |

Fonte: MEC/Inep/Deed

Notas: 1. Não incluem matrículas da educação profissional integrada ao nível médio

A evolução do número de matrículas nas instituições de ensino de diferentes modalidades administrativas pode ser observada no gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Evolução do Número de Matrículas na Educação Profissional de Nível Médio por dependência administrativa no Brasil – 2004-2013



Fonte dos Dados: MEC/Inep/Deed

Analisando estes dados pode-se perceber que, com exceção da rede municipal que alternou períodos de crescimento e diminuição de matrículas ao longo dos anos, todos os tipos de instituições tiveram aumento no número de matrículas ao longo destes anos.

Todavia a rede privada de ensino teve um crescimento considerável entre os anos de 2007 a 2013. Apesar de ter tido uma queda entre os anos de 2004 e 2007, praticamente dobrou o número de alunos matriculados no período analisado.

Este pode ser um dos motivos que levou a mudança no PRONATEC no ano de 2013, quando passou a ofertar cursos também na rede privada de ensino. Assim como a criação do SISUTEC ter sido feita já nestes moldes.

Contudo, nas pesquisas do Censo Escolar não são contabilizadas as matrículas da educação técnica profissional integrada ao ensino médio, ou seja, aqueles alunos que realizam o ensino médio e o ensino técnico profissionalizante na mesma instituição de ensino, como ocorrem, por exemplo, na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Se estes dados fossem contabilizados, os números de matrículas nas instituições federais seriam consideravelmente maiores, pois estas também vivenciaram um período de expansão nos últimos anos.

Atualmente, a Rede Federal está presente em todos os estados brasileiros oferecendo cursos de qualificação, ensino médio integrado (ao ensino técnico profissional), cursos superiores de tecnologia e licenciaturas¹². Apesar destas instituições oferecerem cursos de qualificação em diversos níveis de ensino, a sua expansão conseqüentemente beneficia a educação profissional de nível técnico.

2.2.3.1. SENAI e SENAC neste cenário

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, vinculado ao sistema sindical. Como mencionado anteriormente, foi criado pelo Decreto-Lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942, para promover a formação profissional de trabalhadores e cooperar no desenvolvimento de pesquisas tecnológicas de interesses para a indústria e atividades assemelhadas.

As ações de qualificação profissional realizadas pelo SENAI formaram 64,7 milhões de trabalhadores em todo o território nacional, desde 1942. Seus cursos atualmente formam profissionais para 28 áreas da indústria brasileira e, além de cursos técnicos de nível médio, possui também cursos que vão desde

¹² Informações obtidas no site: <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal> Acesso em 20/02/2016

a iniciação profissional até a graduação e pós-graduação tecnológica (SENAI, 2016¹³).

É um dos cinco maiores complexos de educação profissional do mundo e o maior da América Latina, possui 518 unidades fixas e 504 unidades móveis em 2,7 mil municípios brasileiros (SENAI, 2016).

A instituição é mantida pela contribuição social das empresas industriais, que recolhem 1% sobre o montante da remuneração paga pelos estabelecimentos contribuintes a todos os seus empregados (SENAI, 2016).

De acordo com o relatório anual de 2014¹⁴, o número de matrículas na educação técnica de nível médio nesta instituição de ensino no ano de 2013 era de 268.192 e no ano de 2014 era 304.634.

Enquanto o SENAI possui cursos voltados para a indústria, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) é, desde sua criação em 1946, o principal agente da educação profissional voltado para o Setor do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

Esta instituição de ensino tem 625 Unidades operativas, tanto bases fixas como unidades móveis, espalhados em mais de 3 mil municípios, em todos os estados do país e no Distrito Federal.

De acordo com o relatório anual de 2014¹⁵ desta instituição, o número de matrículas na Educação Profissional de Nível Médio neste ano era de 103.024.

¹³ Informações obtidas no site: <http://www.portaldaindustria.com.br/senai/> Acesso em: 19/02/2016

¹⁴ – Disponível no link http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_18/2015/05/20/356/RelatrioAnualdoSESISENAIeIEL-2014.pdf acesso em 20/02/2016

¹⁵ Disponível no link http://www.senac.br/media/73408/miolo_geral_bx.pdf Acesso em 20/02/2016

O SENAI e o SENAC são instituições de ensino muito antigas no país, formaram diversos profissionais ao longo dos anos e são referência em qualificar trabalhadores para o mercado de trabalho.

2.3 Os jovens e o ensino técnico profissionalizante

Como mencionado anteriormente, no cenário atual de volatilidade do mercado de trabalho e de altas exigências de qualificação profissional, os jovens se encontram em uma situação vulnerável (BARBOSA; DELUIZ, 2008).

De acordo com Barbosa e Deluiz (2008)

Entre os principais problemas com os quais os jovens brasileiros se deparam hoje estão: o acesso restrito à educação de qualidade, as frágeis condições para a permanência no sistema escolar, a dificuldade de se inserirem no mercado de trabalho formal, a luta pelo primeiro emprego e a inadequada qualificação profissional (BARBOSA, DELUIZ, 2008).

Neste contexto o ensino técnico profissional de nível médio pode ser uma alternativa viável a estes indivíduos para se inserir no mercado de trabalho e posteriormente investir em mais qualificação profissional.

Entretanto, o ensino técnico, apesar de ser utilizado como uma alternativa eficiente para elevar a qualificação dos jovens e para diminuir o desemprego juvenil, pode fazer com que as chances de se seguir estudando reduzam significativamente, principalmente para aqueles que realizam esta formação de maneira concomitante com o ensino médio (FRESNEDA, 2012).

Desta forma, o ensino técnico profissional pode representar, em alguns casos, uma barreira para a igualdade de oportunidades e para a mobilidade social (FRESNEDA, 2012).

Além disso, Helena Bomeny, em uma entrevista a Revista Senac¹⁶, afirma que diversos autores e diversas pesquisas constataram que a educação

¹⁶ Disponível no Link: http://www.senac.br/media/26638/revista_senac_713.pdf Acesso em 20/08/2015

profissional, tirando raríssimas exceções, ficou tradicionalmente destinada aos seguimentos mais pobres da população, tanto no Brasil como em outros países de maior ou menor desenvolvimento (BOMENY, 2012).

Contudo, a pesquisadora afirma que este fato produziu efeitos nem sempre produtivos para este tipo de qualificação, relativos tanto aos benefícios deste tipo de educação quanto a sua importância (BOMENY, 2012).

O ensino técnico profissional é uma forma de qualificação para o mercado de trabalho que possui vantagens como, por exemplo, o acesso mais rápido ao mercado de trabalho e os cursos técnicos são, em média, mais baratos que outros cursos, como o nível superior.

É uma forma de qualificação, que como todas as outras, possui vantagens e desvantagens. Em algumas situações, em alguns mercados de trabalho, por exemplo, pode ser bem vantajoso.

Este pode ser considerado o caso do município de Macaé que abriga uma grande produção da indústria petrolífera e necessita de mão de obra qualificada em diversos níveis, entre eles o nível técnico.

Neste município nos últimos anos foram feitos grandes investimentos na fomentação da educação com o intuito de formar mão de obra qualificada técnica. O interesse desses investimentos está pautado nos interesses das empresas, principalmente as petrolíferas (POSE, 2011).

2.4. Macaé e a dinâmica da indústria petrolífera

O município de Macaé está localizado na Região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, e sofreu importantes mudanças ao longo das últimas décadas.

O principal fator que provocou estas transformações foi a descoberta de reservas de petróleo ao longo do litoral fluminense da Bacia de Campos nos

anos de 1970. Estes fatos levaram a chegada da empresa pública de exploração de petróleo Petrobras e também a instalação das suas unidades de prospecção, extração, produção e transporte (FAURÉ, 2005).

De acordo com Piquet (2010), ao analisar a história de sua existência no Brasil, podemos constatar que a atividade petrolífera já deixou marcas irreversíveis no panorama econômico, social e ambiental dos territórios onde foi implantada (PIQUET, 2010).

Esta atividade se desenvolve nas regiões onde se localiza este recurso natural, mas está extremamente conectada com o mercado internacional. Funciona como um motor propulsor de riquezas, principalmente através da geração de empregos diretamente vinculados ao setor e também por via das compensações financeiras que distribui às administrações públicas de locais por ela afetados (PIQUET, 2010).

Embora a descoberta do petróleo tenha afetado a região como um todo, seus efeitos foram mais significativos nos municípios de Campos dos Goytacazes, maior recebedor de royalties provenientes da extração do petróleo, e no município de Macaé por este ter sido escolhido para receber a base de operações desta indústria.

A opção da Petrobras de instalar sua base de operações de exploração e produção para a Bacia de Campos no município de Macaé constituiu-se no marco inicial de um processo de grandes modificações na estrutura produtiva e espacial do município (PIQUET, 2007).

A economia do município tinha como base a produção de cana-de-açúcar, a pecuária leiteira, a pesca artesanal e pequenas indústrias de bens de consumo. Desta forma, a instalação da estatal petrolífera e de empresas de serviços industriais significou uma ruptura na formação histórica local (PIQUET, 2007).

O segundo fator essencial das transformações, e de certa forma da “internacionalização” parcial do município, está atrelada às modificações realizadas no regime jurídico da atividade petrolífera brasileira no final dos anos de 1990 (FAURÉ, 2005).

Devido ao aumento das necessidades energéticas do país, e do potencial das reservas e às restrições de financiamentos para explorar e gerar valor econômico das jazidas, foi decidido então abrir a prospecção e a produção petrolífera aos investimentos privados e estrangeiros (FAURÉ, 2005).

Esta reforma foi promovida no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), onde em 1997 foi aprovada a Lei do Petróleo que flexibilizou o monopólio sobre os hidrocarbonetos por meio da liberação da atuação de empresas privadas nas atividades de exploração e produção das reservas brasileiras. A flexibilização representou, na prática, a quebra do monopólio da Petrobras sobre o setor, pois desde sua criação no ano de 1953, a estatal atuou como reguladora da indústria de petróleo nacional (DIAS, 2013).

O fim do monopólio estatal sobre a prospecção e a extração do petróleo foi responsável por uma nova onda de investimentos no setor e novas empresas petrolíferas passaram a operar, ao lado da Petrobras, na produção offshore (PIQUET, 2007).

De acordo com Fauré (2005)

Com a chegada destas empresas especializadas, algumas delas com atividades em escala mundial, com a instalação no local de suas prestadoras de serviços, fornecedores e subcontratadas, a paisagem macaense transformou-se sensivelmente. As mudanças são espalhadas no tempo, a partir do crescimento progressivo dos investimentos e dos trabalhos da Petrobras (FAURÉ, 2005).

Além destas novas empresas que se instalaram no município, como fornecedoras de máquinas, equipamentos, peças, componentes e materiais de transporte às petroleiras, outras empresas também foram responsáveis pela criação de novos postos de trabalho. Entre elas estão as prestadoras de serviços que atendem à demanda do mercado formado pelos empregados diretos da Petrobras e das empresas terceirizadas, além dos postos de trabalho indiretamente gerados em setores como os da construção civil, do comércio e de serviços (PIQUET, 2007).

Analisando este panorama evolutivo, constatamos dois períodos marcantes no processo de transformações do município: o primeiro, que vai de meados de 1970 a 1996, início e fase de adaptação à nova atividade

econômica; e o outro, iniciado em 1997, com grande expansão urbana e aumento de investimento de capital (MELLO LOUREIRO, 2015).

Nessas últimas décadas Macaé se transformou em centro urbano dinâmico, renovou sua estrutura produtiva, encontra-se inserido nos circuitos da economia global e criou muitos postos de trabalho atraindo trabalhadores de diferentes regiões do país (PIQUET, 2007).

No quadro a seguir estão os dados relativos ao crescimento populacional do Brasil, do estado do Rio de Janeiro e do município de Macaé nas últimas duas décadas:

Quadro 7 - Evolução populacional de Macaé – 1991 - 2010

| Ano | Macaé | Rio de Janeiro | Brasil |
|------------|--------------|-----------------------|---------------|
| 1991 | 100.895 | 12.807.706 | 146.825.475 |
| 1996 | 120.009 | 13.323.919 | 156.032.944 |
| 2000 | 132.461 | 14.391.282 | 169.799.170 |
| 2007 | 169.513 | 15.420.375 | 183.987.291 |
| 2010 | 206.728 | 15.989.929 | 190.755.799 |

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 1991, Contagem Populacional 1996, Censo Demográfico 2000, Contagem Populacional 2007 e Censo Demográfico 2010

Através da análise destes dados pode-se observar que a população aumentou em todos estes domínios territoriais, contudo o município de Macaé teve um crescimento diferenciado, relativamente superior quando comparados ao ritmo de crescimento do Estado em que está localizado.

Muitos trabalhadores foram atraídos para o município em busca de empregos e melhoria da qualidade de vida. Os meios de comunicação foram os principais meios de divulgações dos altos números de postos de trabalho (PAGANOTO, 2008).

Entretanto, o crescimento e a prosperidade que se apoderaram de Macaé não trouxeram com eles um desenvolvimento harmonioso e bem distribuído. Ocorreram principalmente dificuldades ligadas à chegada maciça de pessoas migrantes em busca de emprego e renda, que ocasionaram um crescimento considerável da demanda de serviços públicos e de infra estrutura (FAURÉ, 2005).

A cidade não tinha o suporte necessário para receber esses migrantes e o crescimento da cidade foi acontecendo de maneira desordenada, resultando em precarização de certos bairros do município, formação de favelas e ocupação irregular de terras, entre outros (FAURÉ, 2005).

Além disso, essa nova riqueza trouxe um mercado de trabalho segmentado, com elevada exigência tecnológica, a presença de grandes empresas transnacionais e uma intensa demanda por mão de obra qualificada (PIQUET, 2007), e muitas das pessoas que migraram para o município não preenchiam os requisitos deste mercado de trabalho.

Aqueles trabalhadores que possuem qualificação técnica para trabalhar no ramo do petróleo ou nas atividades diretamente ligadas a ele costumavam conseguir trabalho e receber salários acima da média regional, enquanto que aqueles sem qualificação não conseguiam ou ficavam subempregados engrossando os bolsões de pobreza que crescem em ritmo acelerado (PAGANOTO, 2008).

Com isso houve uma mudança no que se refere aos esforços para qualificação da mão de obra. Ocorreu um aumento no número de escolas que ofertam cursos técnicos e ocorreu também um aumento na variedade destes cursos, tanto daqueles que são voltados especificamente para a atividade petrolífera, tanto para aqueles destinados a atividades que complementam esta atividade.

No quadro a seguir pode-se observar o crescimento do número de matrículas no ensino técnico profissional de nível médio neste município nos últimos anos:

Quadro 8 – Evolução do Número de Matrículas no Ensino Técnico de Nível Médio em Macaé por dependência administrativa – 2007 -2014

| | Estadual | Federal | Municipal | Privada | Total de matrículas |
|-------------|-----------------|----------------|------------------|----------------|----------------------------|
| 2007 | 0 | 560 | 42 | 1251 | 1853 |
| 2008 | 0 | 585 | 75 | 1574 | 2234 |
| 2009 | 0 | 442 | 57 | 2481 | 2980 |
| 2010 | 0 | 321 | 55 | 2381 | 2757 |
| 2011 | 0 | 376 | 59 | 4550 | 4985 |
| 2012 | 0 | 316 | 58 | 4929 | 5303 |
| 2013 | 0 | 275 | 42 | 4555 | 4872 |
| 2014 | 0 | 267 | 38 | 4332 | 4637 |

Não incluem matrículas da educação profissional integrada ao nível médio

Dados: Censos escolares dos anos de 2007 a 2014 / Informações obtidas no site do INEP¹⁷

A partir destes dados pode-se constatar que entre os anos de 2007 e 2014 o número de matrículas teve um crescimento considerável, as matrículas mais que dobraram neste período.

Contudo, este crescimento não ocorreu de maneira igualitária no que se refere ao tipo de administração das instituições de ensino. A partir do ano de 2008 o número de matrículas nas instituições federais começou a diminuir, enquanto que as matrículas em instituições privadas aumentaram vertiginosamente.

Através da consulta a base de dados do censo escolar de 2014, por meio da plataforma institucional Data Escola Brasil¹⁸, foi realizado um levantamento das instituições de ensino técnico profissional de nível médio existentes no município de Macaé no ano de 2014 (os dados mais atuais disponíveis). As informações podem ser observados na tabela a seguir:

¹⁷ Disponível no Link: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula> Acesso: entre 18/02/2016 a 23/02/2016

¹⁸ Disponível no Link: <http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/> Acesso em 23/02/2016

Quadro 9 - instituições de ensino técnico profissional de nível médio existentes
no município de Macaé no ano de 2014

| Estado | Município | Código | Escola | Situação de funcionamento | Dependência administrativa | Localização/Zona da escola |
|----------------|-----------|----------|---|---------------------------|----------------------------|----------------------------|
| RIO DE JANEIRO | MACAE | 33169861 | CENTRO EDUCACIONAL CONGREGACIONAL | EM ATIVIDADE | PRIVADA | URBANA |
| RIO DE JANEIRO | MACAE | 33159718 | CENTRO EDUCACIONAL MANOEL LOPES | EM ATIVIDADE | PRIVADA | URBANA |
| RIO DE JANEIRO | MACAE | 33149593 | ESC TECNICA JOSE RODRIGUES DA SILVA | EM ATIVIDADE | PRIVADA | URBANA |
| RIO DE JANEIRO | MACAE | 33161267 | ESCOLA DE CAPACITACAO E FORMACAO TECNICA PARA INDUSTRIA PETROLEIRA E NAVAL LTDA | EM ATIVIDADE | PRIVADA | URBANA |
| RIO DE JANEIRO | MACAE | 33146381 | ESCOLA MUNICIPAL DE ARTES MARIA JOSE GUEDES | EM ATIVIDADE | MUNICIPAL | URBANA |
| RIO DE JANEIRO | MACAE | 33168580 | ESCOLA TECNICA MARECHAL RONDON | EM ATIVIDADE | PRIVADA | URBANA |
| RIO DE JANEIRO | MACAE | 33117250 | INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE - CAMPUS MACAE | EM ATIVIDADE | FEDERAL | URBANA |
| RIO DE JANEIRO | MACAE | 33015546 | INSTITUTO NOSSA SENHORA DA GLORIA | EM ATIVIDADE | PRIVADA | URBANA |
| RIO DE JANEIRO | MACAE | 33160821 | INSTITUTO POLITECNICO DE ENSINO - IPE | EM ATIVIDADE | PRIVADA | URBANA |
| RIO DE JANEIRO | MACAE | 33103160 | JD ESC FAZ DE CONTA-BARROCO LOPES | EM ATIVIDADE | PRIVADA | URBANA |
| RIO DE JANEIRO | MACAE | 33442347 | PERINHO CURSO TECNICO | EM ATIVIDADE | PRIVADA | URBANA |
| RIO DE JANEIRO | MACAE | 33470219 | SENAC MACAE II | EM ATIVIDADE | PRIVADA | URBANA |
| RIO DE JANEIRO | MACAE | 33455236 | SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL | EM ATIVIDADE | PRIVADA | URBANA |
| RIO DE JANEIRO | MACAE | 33447276 | WALL ESCOLA TECNICA | EM ATIVIDADE | PRIVADA | URBANA |

No total foram encontradas 14 instituições de ensino técnico profissional de nível médio, sendo 12 delas pertencentes à rede privada, uma municipal e uma federal.

Os cursos existentes no município, divididos por suas respectivas áreas de atuação são:

- Área de Controle e processos industriais

- Eletromecânica
- Automação Industrial
- Eletrônica
- Mecatrônica
- Mecânica
- Química

- Área de Informação e comunicação

- Informática

- Área de segurança do trabalho

- Segurança do trabalho

- Área de Gestão e Negócios

- Logística
- Administração

- Área de Produção industrial

- Petróleo e Gás

- Área de Ambiente e saúde

- Enfermagem
- Meio Ambiente
- Radiologia

- Área de Infraestrutura

- Edificações

A maior parte dos cursos é voltada para as atividades da indústria petrolífera, tanto para aquelas atividades diretamente ligadas às operações industriais, quanto aquelas atividades de suporte que são necessárias para o bom funcionamento da cadeia produtiva.

Até o censo de 2014 não foram computados os dados relativos à nova instituição de ensino estadual do município inaugurada em setembro de 2012. O Centro Vocacional Tecnológico (CVT) foi construído pelo Governo do Estado por meio da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC). Atualmente esta unidade oferece cursos de forma subsequente, cursos cujo pré-requisito é o ensino médio completo, de técnico em edificações e profissional técnico de nível médio em informática¹⁹.

Neste município o SENAC está presente a bastante tempo, contudo, a aproximadamente 10 anos foi construído uma nova sede para esta instituição, o Senac Macaé unidade 2, que atualmente abriga todos os cursos de nível técnico que esta instituição oferece no município, enquanto que a unidade 1 oferece outros cursos de qualificação profissional de outros níveis.

Atualmente os cursos técnicos de nível médio oferecidos por esta instituição são Administração, Logística e Segurança do Trabalho. Há turmas disponíveis em todos os períodos do dia.

De acordo com informações obtidas no site da prefeitura Municipal de Macaé²⁰, essa cidade foi escolhida, pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), para instalação da maior unidade profissionalizante do SENAI no estado, com um investimento de R\$15,3 milhões. Inaugurado em outubro de 2008, o SENAI ocupa uma área de 7,5 mil

¹⁹ Informações obtidas no site da FAETEC, disponível no link: <http://www.faetec.rj.gov.br/> Acesso em 23/02/2016

²⁰ Disponível no Link: <http://www.macaee.rj.gov.br/conteudo/leitura/titulo/senai> Acesso em 09/03/2016

metros quadrados, com infraestrutura de 20 oficinas e laboratórios para educação profissional, e oferece consultoria tecnológica às empresas.

O SENAI oferece os cursos de Automação Industrial, Eletrotécnica, Mecânica, Petróleo e Gás, Logística e Segurança do Trabalho, sendo esta instituição de ensino a que possui o maior número de matrículas entre todas as instituições do município.

A internacionalização do município aumentou também a oferta de cursos de línguas, qualificação que passou a ser de extrema importância para se colocar no mercado de trabalho (FAURÈ, 2005).

Entretanto, este cenário de prosperidade vem sofrendo alterações nos últimos meses. A indústria do petróleo no Brasil atualmente enfrenta um momento de crise e como a economia do município de Macaé é altamente é altamente dependente desta atividade econômica, também enfrenta problemas.

Esta crise na indústria do petróleo brasileiro se iniciou a partir da “Operação Lava Jato”, uma investigação conduzida pela Polícia Federal (PF) com o objetivo de apurar um suposto esquema de corrupção na Petrobras. Esta operação investiga indícios de desvios e lavagem de dinheiro envolvendo diretores da estatal, assim como empreiteiras e políticos (FARIA; KRAMER; NASCIMENTO; REIS; SOUZA, 2015).

A partir desta investigação a imagem da Petrobras foi muito prejudicada. De acordo com Paes e Silva (2015)

As denúncias de corrupção que são no momento investigadas são de altíssima gravidade e põe em cheque todo o esforço da empresa das últimas décadas para se consolidar como grande empresa global (PAES; SILVA, 2015).

Desta forma, algumas análises consideram que a empresa agora sofre com a falta de credibilidade, o que consequentemente, ocasionou a queda das ações. Para agravar ainda mais a situação ocorreu também a queda do preço do barril de petróleo no mercado internacional (PORTELINHA, 2015).

De acordo com informações divulgadas nos jornais Folha de São Paulo²¹ e Jornal do Brasil²², o impacto da crise afetou a economia na forma de demissões, perda de investidores, atrasos e adiamentos de projetos de investimentos em todo o país.

Segundo um estudo divulgado pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda, a redução do plano de investimentos da Petrobras no ano de 2015 foi de aproximadamente 40%, e este é considerado o principal fator de encolhimento da economia brasileira em 2015 (Agência Brasil-EBC²³).

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) foi criado como registro permanente de admissões e dispensa de empregados, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e é uma importante fonte de informações sobre os postos de trabalho do país. Na tabela a seguir estão os dados divulgados pelo CAGED referentes ao saldo do número de trabalhadores admitidos e despedidos no ano de 2015:

²¹ Disponível no Link: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/11/1555330-capital-do-petroleo-macae-rj-vive-onda-de-demissoes.shtml>

²² Disponível no Link: <http://www.jb.com.br/economia/noticias/2015/04/02/macae-de-capital-nacional-do-petroleo-a-reducao-dos-desempregados-no-rio/>

²³ Disponível no link: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-10/fazenda-crie-da-petrobras-e-principal-responsavel-por-reducao-do-pib-este> Acesso em 22/02/2016

Tabela 2 - Dados divulgados pelo CAGED referentes ao saldo do número de trabalhadores admitidos e despedidos no ano de 2015 no Brasil

| RANKING | Nível Geográfico | ADMITIDOS | DESLIGADOS | SALDO | VARIAÇÃO RELATIVA(%) |
|---------|---------------------|------------|------------|------------|----------------------|
| | BRASIL | 17.707.267 | 19.249.638 | -1.542.371 | -3,74 |
| 27° | SÃO PAULO | 5.265.983 | 5.732.669 | -466.686 | -3,65 |
| 26° | MINAS GERAIS | 1.913.839 | 2.109.925 | -196.086 | -4,58 |
| 25° | RIO DE JANEIRO | 1.564.068 | 1.747.754 | -183.686 | -4,69 |
| 24° | RIO GRANDE DO SUL | 1.220.998 | 1.316.171 | -95.173 | -3,55 |
| 23° | PERNAMBUCO | 480.255 | 569.816 | -89.561 | -6,43 |
| 22° | PARANÁ | 1.297.850 | 1.373.398 | -75.548 | -2,78 |
| 21° | BAHIA | 697.449 | 772.735 | -75.286 | -4,11 |
| 20° | SANTA CATARINA | 1.047.695 | 1.106.294 | -58.599 | -2,88 |
| 19° | ESPÍRITO SANTO | 365.423 | 410.394 | -44.971 | -5,63 |
| 18° | PARÁ | 337.592 | 375.420 | -37.828 | -4,67 |
| 17° | AMAZONAS | 172.437 | 209.470 | -37.033 | -7,89 |
| 16° | CEARÁ | 483.080 | 516.491 | -33.411 | -2,71 |
| 15° | GOIÁS | 655.573 | 680.124 | -24.551 | -1,99 |
| 14° | MARANHÃO | 197.896 | 214.385 | -16.489 | -3,36 |
| 13° | DISTRITO FEDERAL | 326.124 | 342.450 | -16.326 | -2,02 |
| 12° | RONDÔNIA | 130.114 | 145.995 | -15.881 | -6,12 |
| 11° | PARAÍBA | 147.846 | 163.047 | -15.201 | -3,59 |
| 10° | MATO GROSSO | 424.599 | 439.169 | -14.570 | -2,19 |
| 9° | RIO GRANDE DO NORTE | 170.347 | 182.645 | -12.298 | -2,69 |
| 8° | MATO GROSSO DO SUL | 269.956 | 281.517 | -11.561 | -2,23 |
| 7° | SERGIPE | 109.941 | 115.119 | -5.178 | -1,68 |
| 6° | ALAGOAS | 139.364 | 144.067 | -4.703 | -1,28 |
| 5° | AMAPÁ | 26.418 | 31.106 | -4.688 | -5,44 |
| 4° | ACRE | 31.544 | 33.919 | -2.375 | -2,66 |
| 3° | PIAUI | 120.647 | 122.922 | -2.275 | -0,76 |
| 2° | TOCANTINS | 83.229 | 85.252 | -2.023 | -1,13 |
| 1° | RORAIMA | 27.000 | 27.384 | -384 | -0,73 |

Fonte: CAGED – Lei 4.923/65

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE

A partir da análise destes dados pode-se constatar que houve o fechamento de 1,5 milhão de postos de trabalho no acumulado do ano de 2015 no Brasil. Pode-se perceber também que todos os estados do país apresentaram um saldo negativo quando comparados os números de trabalhadores admitidos e desligados.

Alguns destes estados perderam mais postos de trabalho como os estados do sudeste, por exemplo. São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro lideram o ranking no que se refere a postos de trabalhos fechados.

De acordo com informações divulgadas por órgãos institucionais e meios de comunicações, o município de Macaé, com uma economia altamente dependente da indústria petrolífera, também parece estar sofrendo com esta crise. Muitos trabalhadores perderam empregos em empresas que possuíam contrato com a estatal, várias plataformas e sondas de perfuração também perderam seus contratos e estão deixando a Bacia de Campos, e a terra da prosperidade exhibe sinais de crise.

Quando analisamos a evolução do emprego formal (saldo entre contratações e demissões) no município entre os anos de 2002 e 2015, constata-se que o número de postos de trabalhos esteve em crescimento até o ano de 2015, como pode ser observado no quadro a seguir:

Quadro 10 – Evolução do Emprego de Janeiro a Dezembro no município de Macaé – 2002 - 2015

| Ano | Saldo entre contratações e demissões |
|-------------|---|
| 2002 | 3.013 |
| 2003 | 1.427 |
| 2004 | 6.102 |
| 2005 | 424 |
| 2006 | 7.669 |
| 2007 | 7.519 |
| 2008 | 10.358 |
| 2009 | -279 |
| 2010 | 8.235 |
| 2011 | 12.579 |
| 2012 | 6.642 |
| 2013 | 4.548 |
| 2014 | 980 |
| 2015 | -12168 |

Fonte: CAGED – LEI 4923/65 – MTE
 DADOS COM AJUSTES RECEBIDOS ATÉ NOVEMBRO DE 2014
 ADAPTADO PELA AUTORA

Durante muitos anos o município de Macaé, com exceção do ano de 2009, apresentou números favoráveis no crescimento de postos de trabalhos. Todavia, sofreu os impactos da crise da Petrobras nos anos de 2014, que apesar de ter tido um saldo positivo, foi bem inferior ao ser comparado aos anos anteriores, e no ano de 2015, quando apresentou um número de mais de 12.000 postos de trabalho fechados.

Neste contexto foi proposto desenvolver um estudo com jovens estudantes do ensino técnico profissional deste município. Nos dados do censo de 2010 a população do município representativa da juventude, indivíduos com idade entre 15 e 24 anos, era de 36.783, um número significativo da população total do município.

Diversos estudos indicam que esta é uma parcela da população muito vulnerável no mercado de trabalho. Segundo Maciel (2006)

O problema do desemprego afeta de forma mais cruel os jovens que estão tentando iniciar a vida adulta por meio do trabalho, como forma de criar e garantir a sua independência (MACIEL, 2006, pg.99).

Desta forma

O ensino profissionalizante pode ser um caminho a ser percorrido pelo jovem para entrar mais seguro em uma disputa por uma vaga no mercado de trabalho (MACIEL, 2006, pg.99).

O ensino técnico no município de Macaé, como já foi dito anteriormente, é uma qualificação bastante procurada, como também absorvida pelo mercado de trabalho. Contudo, como exposto anteriormente, a crise pela qual a indústria petrolífera do país está passando tem afetado bastante a economia do município.

O segmento mais jovem da população em sua busca por inserção no mercado de trabalho, em momentos de recessão econômica, tem enfrentado dificuldades. Se já é complicada a recolocação daquelas pessoas que estavam no mercado de trabalho e perderam seus empregos, é ainda mais complexa a busca por emprego tendo pouca experiência profissional (COSTA; NEVES, 2004).

Cap. 3. A narrativa dos jovens em relação à escolaridade, mercado de trabalho e expectativas futuras

3.1. Abordagem metodológica da Pesquisa

Conforme mencionado anteriormente, a pesquisa teve como objetivo analisar as perspectivas dos jovens estudantes de instituições do Sistema S de ensino técnico no município de Macaé, unidades do SENAI e SENAC, em relação à escolaridade, as oportunidades disponibilizadas pelo mercado de trabalho após a conclusão do curso técnico, assim como as suas motivações para cursarem o ensino técnico profissionalizante no Sistema S de ensino e suas expectativas de atuação e qualificação profissional. Para tanto, foi utilizada uma metodologia qualitativa.

De acordo com Martins (2004) a pesquisa qualitativa privilegia a análise de micro processos, pelo estudo das ações sociais, individuais e grupais. Além disso, ela também é caracterizada pela heterodoxia no momento da análise.

Uma das formas de pesquisa qualitativa existentes é a entrevista. De acordo com Haguette (1992)

A entrevista pode ser definida como um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado. As informações são obtidas através de roteiro de entrevista constando de uma lista de pontos ou tópicos previamente estabelecidos de acordo com a problemática central e que deve ser seguida (HAGUETTE, 1992, p. 86).

Desta forma, o método escolhido para a realização desta pesquisa foi a entrevista semi-estruturadas. Estas entrevistas combinam perguntas abertas e fechadas, nas quais o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador, além de seguir um conjunto de questões previamente definidas, pode também fazer perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a retomar o contexto da entrevista, caso o entrevistado tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele (BONI; QUARESMA, 1997).

Segundo Jean Poupart (2008) a entrevista de tipo qualitativo se imporia entre as ferramentas de informação capazes de elucidar as realidades sociais,

mas, principalmente como instrumento privilegiado de acesso à experiência dos atores (POUPART, 2008).

Ao longo da pesquisa, entre os meses de novembro de 2015 a fevereiro de 2016, foram realizadas 8 (oito) entrevistas semi-estruturadas com estudantes do ensino técnico de nível médio do município de Macaé nas instituições do Sistema S de ensino unidades SENAI e SENAC.

Como estas unidades oferecem vários cursos técnicos de nível médio, optamos por entrevistar alunos do curso que exista há mais tempo na instituição. No SENAI este curso é o Técnico em Mecânica e no SENAC é o curso de Técnico de Segurança do Trabalho.

O recorte utilizado para selecionar os alunos foi o seguinte: em cada instituição de ensino foram realizadas 4 entrevistas com jovens com idades entre 15 e 24 anos.

Dois indivíduos do sexo masculino, um que iniciou o ensino técnico após ter concluído o ensino médio e outro que estava cursando o ensino técnico ao mesmo tempo em que o ensino médio, e duas jovens com estas mesmas características.

Para a realização das entrevistas nestas instituições de ensino foi necessário um pedido de autorização. No SENAI, os moldes e objetivos da pesquisa foram analisados pela equipe gestora da unidade, pedagoga e diretor, e após a liberação, três entrevistas foram feitas dentro da unidade de ensino. A entrada no campo foi intermediada pelo inspetor da unidade escolar que, além de indicar as turmas do curso de mecânica, explicitou aos alunos os objetivos da pesquisa e o contexto em que estava sendo realizada e também auxiliou na seleção dos alunos que preenchiam os requisitos da pesquisa.

Pelo baixo número de alunas no curso de mecânica, ocorreu certa dificuldade em encontrar uma estudante que tivesse iniciado o curso após ter terminado o ensino técnico. Após uma pesquisa por parte do inspetor da instituição, a entrevista foi realizada através de uma chamada telefônica.

No SENAC, o processo foi um pouco mais complicado. O formato da pesquisa, assim como os seus objetivos, foram analisados por diversas instancias do SENAC –Rj, até que foi requerido por parte da instituição que fosse assinado um termo de compromisso respeitando certos parâmetros da instituição e limitando a publicação de certos dados na pesquisa referentes à instituição de ensino.

Após a liberação, todas as entrevistas foram realizadas na própria instituição de ensino. Funcionários da instituição, coordenadora da unidade e professores, intermediaram o contato com os alunos e ajudaram na seleção daqueles que atendiam os requisitos da pesquisa.

A realização da entrevista foi constituída de diversas etapas, desde a construção de um roteiro com perguntas ou temas chave com foco na trajetória de vida, até o tratamento do material submetido à análise. As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas de modo a proceder-se a descrição.

3.2. Perfil dos jovens entrevistados

Como mencionado anteriormente, foram realizadas entrevistas com jovens com idades entre 15 e 24 anos, que estão cursando o Técnico em Segurança do Trabalho no SENAC, e o Técnico em Mecânica no SENAI.

O curso de Técnico em Segurança do Trabalho forma profissionais que serão responsáveis pela elaboração e implementação da política de saúde e segurança no trabalho (SST) na empresa, realizando auditoria, acompanhamento e avaliação na área, identificando vetores de doenças, variáveis de acidentes, qualidade de vida e meio ambiente. Em formato técnico, tem 1200h presenciais de duração (SENAC²⁴).

De acordo com informações obtidas no site do SENAI-RJ²⁵, no curso de Mecânica, o aluno aprende a desenvolver projetos mecânicos, controlar os processos de produção mecânica, definindo os processos produtivos,

²⁴ Disponível no Link: <http://www.rj.senac.br/cursos/seguranca/tecnico-em-seguranca-do-trabalho> Acesso em 09/03/2016

²⁵ Disponível no Link: <https://www.cursosenairio.com.br/curso-trcnico-em-mecrnica,14,4,516,0,35063.html> Acesso em 09/03/2016

organizando o trabalho de acordo com as etapas do processo e realizar a manutenção mecânica de máquinas e equipamentos. O curso possui uma carga horária de 1.440 horas.

Com o intuito de fornecer um perfil dos jovens entrevistados foram elaborados dois quadros a partir de informações socioeconômicas dos estudantes de cada uma das instituições de ensino pesquisadas.

Quadro 11 - Perfil dos alunos do SENAI

| Entrevistado | Q1 | Q2 | Q3 | Q4 |
|----------------------------|----------------|--------------|-------------|---------------------------|
| Sexo | Masculino | Feminino | Feminino | Masculino |
| Idade | 19 | 18 | 18 | 18 |
| Cidade onde nasceu | Natividade- RJ | Macaé | Macaé | Rio de Janeiro |
| Cidade onde mora | Macaé | Quissamã | Macaé | Macaé |
| Com quem mora | Pais | Mãe e Irmão | Avós | Pais |
| Modelo do curso | Subsequente | Concomitante | Subsequente | Concomitante |
| Trabalha atualmente | Não | Não | Não | Não |
| Cor que autodeclara | Preta | Parda | Branca | Branca |
| Profissão do pai | Mestre de obra | Autônomo | ----- | Supervisor de caldeiraria |
| Profissão da Mãe | Doméstica | Doméstica | Autônoma | Dona de casa |

Legenda:

Q - Código utilizado para identificar o entrevistado

O município de Macaé recebe muitos imigrantes desde que se iniciaram as atividades petrolíferas. Pode-se observar através do quadro acima, que existem casos de migração entre estes estudantes. A família do entrevistado Q1 mudou-se para Macaé há aproximadamente 10 anos. Segundo ele:

“meu pai convidou a gente, meu pai chamou minha mãe pra vir morar aqui mais pelas oportunidades que eu e meu irmão teria mais aqui do que lá (Natividade-Rj)”.

A entrevistada Q2, embora tenha nascido no município de Macaé, mudou-se para Quissamã por motivo de doença de sua mãe.

Segundo ela:

“Nasci em Macaé e fui para Quissamã, porque minha mãe ficou doente, ela operou a coluna, aí lá em Quissamã ela tinha casa própria”.

A entrevistada Q3, embora seja de Macaé e seus pais também, relatou que seus avós mudaram-se de Minas Gerais para Macaé, pois seu avô era funcionário da Petrobrás.

O entrevistado Q4 mudou-se para Macaé com sua família há aproximadamente 16 anos, por motivo de trabalho de seu pai.

Dentre estes alunos entrevistados, nenhum deles trabalha atualmente e todos eles citaram o estudo como motivo para não trabalhar.

A entrevistada Q3, além de ainda estar cursando o ensino médio, tem que percorrer o trajeto entre Quissamã e Macaé todos os dias para estudar.

Os outros entrevistados fazem outros cursos de formação profissional no SENAI, cursos de complementação da área em que eles estão cursando o técnico. O entrevistado Q1 faz o curso de Mecânica de manutenção de motores, a entrevistada Q3 faz o curso de Mecânica de Motores Ciclo Otto e o entrevistado Q4 faz o curso de Manutenção de Motores a Gasolina.

Todos os alunos entrevistados cursaram a maior parte de seus estudos na rede pública de ensino. A entrevistada Q2 é aluna do SENAI por meio do programa Pronatec.

Quadro 12 - Perfil dos alunos do SENAC

| Entrevistado | E1 | E2 | E3 | E4 |
|----------------------------|----------------|-----------------------------|---------------------|------------------------|
| Sexo | Feminino | Masculino | Masculino | Feminino |
| Idade | 23 | 16 | 21 | 17 |
| Cidade onde nasceu | Macaé | Macaé | Guarani- MG | Macaé |
| Cidade onde mora | Macaé | Macaé | Rio das Ostras- RJ | Macaé |
| Com quem mora | Sozinha | Mãe e Irmão | Tia | Pais e Irmã |
| Modelo do curso | Subsequente | Concomitante | Subsequente | Concomitante |
| Trabalha atualmente | Sim | Sim | Não | Não |
| Cor que autodeclara | Preta | Pardo | Branca | Parda |
| Profissão do pai | Radio operador | Soldador | Operador de máquina | Serviço administrativo |
| Profissão da Mãe | Massoterapeuta | Auxiliar de serviços gerais | Costureira | Secretária escolar |

Legenda:

E - Código utilizado para identificar o entrevistado

Entre os alunos do SENAC o processo migratório também está presente. A entrevistada E1, apesar de ter nascido em Macaé e morar atualmente na cidade, viveu parte de sua vida no espírito santo com sua família e retornou para Macaé há aproximadamente 11 anos por causa do petróleo e do mercado de trabalho.

O entrevistado E3, que atualmente mora Em Rio das Ostras, é natural de Guarani- MG e mudou-se para a região no ano passado. Segundo ele:

“ Mudei para procurar ensino técnico, porque na minha cidade, é uma cidade pequena, aí não tinha ensino. Aí a minha tia que mora aqui (rio das ostras), aí vim pra cá, pra estudar”.

Entre os outros dois alunos entrevistados não houve caso de mudança recente.

Pode-se observar que no SENAC há casos de alunos que trabalham enquanto fazem o curso. A entrevistada E1 trabalha atualmente como estagiária na Petrobrás na área em que está se qualificando, segurança do trabalho, e conseguiu esta vaga através da instituição de ensino.

O mesmo ocorreu com o entrevistado E1, que apesar de não trabalhar na área do ensino técnico, esta fazendo um estágio temporário como auxiliar administrativo da Prefeitura Municipal de Macaé, e conseguiu esta vaga através de um processo seletivo realizado no SENAC.

O entrevistado E3 se inscreveu em alguns processos seletivos, mas até o momento em que foi realizada a entrevista, ainda não havia recebido uma resposta positiva.

A entrevistada E4, que ainda está cursando o ensino médio e iniciou no ano de 2016 o curso técnico ainda não está procurando um emprego, de acordo com suas palavras o motivo seria:

“metade é por causa do estudo e a outra metade também porque ainda não achei um trabalho certo pra mim”.

Os alunos E2 e E3 são beneficiários do Programa de Gratuidade do SENAC, este programa foi criado por meio do decreto nº6.633 e implantado a partir de 2009. É uma ação de inclusão social destinado a pessoas de baixa renda, cuja renda familiar mensal *per capita* não ultrapassa dois salários mínimos. Além de não cobrar mensalidade, o programa oferece material didático gratuito (Senac ²⁶).

Assim como ocorreu no SENAI, todos os entrevistados do SENAC também cursaram a maior parte dos seus estudos na rede pública de ensino.

Pode-se observar que enquanto o SENAI oferece cursos de complementação para os alunos, o SENAC possui um programa para inserir seus alunos no mercado de trabalho.

3.3. As narrativas dos jovens

A pesquisa contou com um roteiro de entrevista semiestruturado que foi dividido em cinco subtemas e suas análises encontram-se a seguir:

²⁶ Disponível no Link: <http://www.senac.br/programas/programa-senac-de-gratuidade.aspx>
Acesso: 09/03/2016

3.3.1. Motivações para cursarem o ensino técnico profissionalizante

Dentre os temas pesquisados estão os motivos que levaram estes jovens a optarem pelo curso técnico que atualmente estão cursando. Entre os alunos do SENAI, os motivos que se destacaram foram o gosto pela área, a sugestão de pessoas próximas e a pesquisa prévia.

O entrevistado Q1, de 19 anos e que começou o ensino técnico após ter concluído o ensino médio, afirmou que sua escolha foi feita por:

“A é porque eu gosto, sempre gostei já mesmo de motores, essas coisas de mecânico mesmo. Eu sempre gostei porque eu quero ser engenheiro mecânico, aí como técnico em mecânica daria uma ajuda melhor”.

O entrevistado Q4, de 18 anos e que cursa o ensino técnico de forma concomitante ao ensino médio, também atribuiu sua escolha ao gosto pela área, assim como o fato de ter tido contato com o trabalho através de uma pessoa próxima. Segundo suas palavras:

“Um gosto muito pela área da mecânica. Eu sempre gostei da área da mecânica, só que eu tenho um primo mais velho que ele é técnico em mecânica e eu gostei do trabalho dele, ele me levou uma vez pra ver como é o trabalho, acabei gostando da área então tô seguindo pela área”.

A entrevistada Q2, de 18 anos e que faz o curso técnico de maneira concomitante, relatou que escolheu o curso por causa de uma sugestão de seu avô.

A sugestão também apareceu na fala da entrevistada Q3, de 18 anos e que iniciou o ensino técnico após ter concluído o ensino médio, assim como ter realizado uma pesquisa prévia. Segundo suas palavras:

“Eu cheguei a fazer algumas pesquisas, era um curso, ao meu ponto de vista, é um curso muito bom porque ele abrange muitas áreas, não fica preso só em algumas, então eu via bastantes possibilidades e eu tive, o meu namorado também sugeriu que eu fizesse”.

Entre os alunos do SENAC o gosto pela área, assim com a pesquisa e sugestão de pessoas próximas também foram relatadas. A entrevistada E1, que tem 23 anos e iniciou o curso técnico após o ensino médio, afirmou que:

“Eu sempre gostei da área de segurança, eu sempre trabalhei em área industrial. É eu tenho outros dois técnicos, eu sou técnica em mecânica e mecatrônica, mas não gostei do técnico e aí fui seguir a minha vontade que foi a segurança do trabalho. Esse é o terceiro curso técnico. Logo depois que eu terminei o ensino médio em 2010, em 2011 eu comecei um e em 2012 eu fiz outro. E em 2015 comecei o segurança”.

De acordo com o entrevistado E2, de 16 anos e que ainda cursa o ensino médio, sua escolha foi motivada por:

“Porque eu tenho dois familiares que, dois primos que são técnicos, um trabalha a outra não, e foi por isso, achei legal, interessante. Fizeram aqui, Senac Segurança do trabalho”.

Enquanto que o entrevistado E3, de 21 anos que se mudou de Minas Gerais para esta região apenas para cursar o ensino técnico, relatou que:

“Foi na hora mesmo, eu tava procurando assim e aí de repente lá eu vi técnico de segurança, foi intuito mesmo”.

A entrevistada E4, de 17 anos que faz o ensino técnico enquanto cursa o ensino médio, afirmou que sua mãe lhe inseriu no curso e que agora ela está gostando e querendo continuar cursando.

Outro tema que foi pesquisado foram as motivações destes jovens para cursar o ensino técnico profissionalizante no Sistema S de ensino (SENAC / SENAI), já que estes cursos também são oferecidos em outras instituições no município.

Como mencionado anteriormente, estas instituições são muito antigas, o SENAI foi criado no ano de 1942 e o SENAC em 1946, e desde então são instituições de ensino de referência em qualificação profissional.

Na fala de todos os entrevistados, das duas instituições de ensino, a qualidade e a tradição destas instituições apareceram como os principais motivos de escolha.

Entre os alunos do SENAI, os entrevistados Q1 e Q4, mencionaram o fato de ser uma instituição bem valorizada pelas empresas, da mesma forma que a entrevistada Q3, que acrescentou também a qualidade da instituição. Segundo suas palavras:

“O SENAI ele é bem reconhecido né, porque ele tem um nível de exigências muito grande, então as oficinas lá também elas são maravilhosas pra gente poder aprender, então o meu, essa foi a minha motivação pra querer fazer lá porque, por lá ser bem reconhecido e eu acreditei que lá poderia me ensinar de verdade e eu gosto de adquirir conhecimentos”.

A entrevistada Q2 é estudante do ensino técnico através do programa Pronatec e relatou como foi a sua entrada no Senai:

“Na verdade eu nem escolhi porque, eu me inscrevi no Pronatec, mas eu não sabia qual seria o lugar certo que iria fazer o curso, porque tem o Pronatec do IFF, tem o Pronatec daqui, aí saiu o daqui. Mas eu sempre preferi, queria fazer um curso aqui ... pelo nome, pela influencia que tem também, as empresas preferem muito o curso do SENAI”.

Entre os estudantes do SENAC, apenas o entrevistado E3, de 21 anos, que não atribuiu sua escolha a referência e qualidade da instituição. Segundo ele, como mora em Rio das Ostras, escolheu o SENAC por ser uma instituição próxima a rodoviária de Macaé, o que lhe ajuda, pois viaja todos os dias para estudar.

A entrevistada E1, de 23 anos, relatou que sua escolha foi devido ao:

“Nome, além de ter sido indicação, uma pessoa me indicou, que já estudou aqui. É nome porque o SENAC é conhecido nacionalmente, então não adianta eu fazer um curso do município e se eu tiver oportunidade para sair do Estado, ninguém, a que escola é essa? Ninguém vai saber. Então o SENAC eu sei que é conhecido nacionalmente”.

O entrevistado E1, de 16 anos, também escolheu o SENAC por causa do nome e por as empresas optarem por estudantes desta instituição, enquanto que a entrevistada E4, de 17 anos, afirmou que optou pelo SENAC pela sua qualidade de ensino.

3.3.2 Perspectivas sobre escolaridade

O termo escolaridade pode ser definido como período de educação, de estudo ou aprendizagem das pessoas. Nos últimos anos as diversas mudanças tecnológicas alteraram o mundo do trabalho consideravelmente. Com isso,

ocorreu um aumento da exigência de um nível mais elevado de escolaridade, fazendo com que este se tornasse um fator importante na luta por postos de trabalho.

De acordo com Pilatti e Santos (2011)

A necessidade de se manter atualizado e provido de competências essenciais, visando às exigências que se desenham neste contexto, é crucial para que os profissionais conquistem seus lugares e acompanhem as constantes mudanças. É preciso, dessa forma, ficar atento às novas competências necessárias para o momento do mercado (PILATTI; SANTOS, 2011, p.1).

Entre os alunos entrevistados do SENAI, todos eles consideraram muito importante estar estudando, assim como dar continuidade ao estudo. O entrevistado Q4, de 18 anos, ressalta a competição que existe no mercado de trabalho e a importância de se qualificar. Segundo suas palavras:

“Qualificação é uma coisa importante, é sempre bom a pessoa buscar estar qualificada, porque é como eu disse, sempre existe alguém concorrendo com você, você tem que sempre buscar estar acima dessa pessoa pra você ter uma margem de concorrência, uma garantia de que você entra no emprego”.

O entrevistado Q1, de 19 anos e que iniciou o ensino técnico após ter concluído o ensino médio, ressaltou a importância do acúmulo de conhecimento. Segundo suas palavras:

“o que eu aprendi no ensino médio vai facilitar ainda mais o meu ensino, tanto profissional como universitário”.

A entrevistada Q3, também segue nesta linha, para ela tem que “estudar para ter uma base boa”.

De acordo com a estudante Q2, de 18 anos, se qualificar é:

“Importante com certeza porque você tem oportunidade, você acaba conquistando lugares, conquistando as coisas, tendo suas próprias coisas, se atualizando e isso vai ser bom. Quanto mais você estuda, mais recompensas você tem, então se você estudar muito você vai conseguir um emprego bom”.

Os estudantes entrevistados no SENAC também consideraram muito importante estudar e se qualificar. A entrevistada E1, de 23 anos, ressaltou que:

“É uma coisa importante com certeza, porque sem o ensino a pessoa hoje em dia não é nada e sei, eu tenho certeza hoje o técnico também já não vale mais muita coisa, hoje vale mais que tem uma faculdade, um doutorado, uma graduação a mais”.

Atualmente, o mercado de trabalho exige cada vez mais uma preparação maior em termos de educação e formação profissional, fazendo com que a educação se torne uma necessidade ao longo da vida (POCHMANN, 2012).

Esta preocupação com o mercado de trabalho também surgiu na fala do entrevistado E2, de 16 anos. Segundo suas palavras:

“Eu acho importante, porque sem a educação fica tudo difícil. É difícil arrumar emprego”.

Da mesma forma, os entrevistados E3 e E4 também ressaltaram a importância de estudar cada vez mais, procurar fazer outros cursos buscando uma qualificação cada vez maior.

Entre as mudanças que as inovações tecnológicas trouxeram encontra-se a maior integração entre países e pessoas em diversos segmentos, tanto econômico, quanto político e cultural (PILATTI; SANTOS, 2011).

De acordo com Pilatti e Santos (2011)

Percebe-se que esse processo de integração global requer a fluência em idiomas falados ao nível de língua franca como, por exemplo, inglês e espanhol, sendo que a língua inglesa figura como a mais importante devido a seu vasto uso e abrangência. Nesse sentido, a fluência nessa língua torna-se indispensável na conquista de espaço e atuação dos profissionais no mundo do trabalho (PILATTI, SANTOS, 2011, p.2).

O município de Macaé, por causa da indústria petrolífera, recebe pessoas e empresas de várias partes do mundo, o que ocasiona a necessidade do conhecimento de línguas estrangeiras. Neste sentido foi perguntado aos alunos se eles consideram importante ter o conhecimento de uma língua estrangeira, qual seria a língua e se eles já haviam iniciado algum curso com essa finalidade.

Todos os alunos entrevistados do SENAI consideraram importante o estudo de outras línguas estrangeiras, principalmente a língua inglesa. O entrevistado Q1, que além de estar cursando o ensino técnico e um curso complementar, atualmente faz dois cursos de língua estrangeira, inglês e espanhol.

A entrevistada Q2 já iniciou o curso de inglês, mas teve que tranca-lo por falta de turma adequada ao seu nível de conhecimento, pois em Quissamã onde reside, não há muitas opções. Ela também considera importante estudar outra língua e pretende retomar o curso no ano que vem. Segundo suas palavras é importante:

“Com certeza porque o mercado de trabalho abrange muita gente, diversas pessoas, principalmente de fora. Inglês é a principal, porque é o que todo mundo fala”.

A entrevistada Q3, que sofreu um acidente, afirmou que isto a afastou do estudo. De acordo com suas palavras:

“Eu considero muito importante... a língua inglesa. Eu já iniciei, eu fiz dois anos, mas por conta do acidente que eu sofri também, foi até esse ano, mais recente, e por conta do acidente eu tive que parar porque eu tive que ficar um tempo em casa, de repouso. Mas eu pretendo retornar”.

Da mesma forma que os outros entrevistados, o entrevistado Q4 também ressaltou a importância do estudo de outras línguas e sua importância no município de Macaé:

“Acho necessário o conhecimento, principalmente o inglês, principalmente também muito na cidade de Macaé pelo fato de ter muitas empresas estrangeiras. É bom a pessoa ter o conhecimento não só o conhecimento de mais uma língua, mais duas, três”.

Entre os alunos do SENAC também foi relatada a importância do estudo de outras línguas. Apesar disso, nenhum dos alunos entrevistados está matriculado atualmente em algum curso de idiomas. Apenas a estudante E1, de 23 anos, já iniciou aulas de inglês anteriormente, mas teve que parar o curso. Segundo ela estudar outro idioma é:

“Muito, muito importante. Acho que inglês hoje em dia já não é bem mais um acréscimo, hoje em dia é quase obrigatório ter o inglês ou qualquer outro idioma, é meio que obrigatório. Já fiz,

mas tranquei. Mas pretendo voltar assim que acabar o técnico, porque agora não dá para conciliar as coisas e estagiário ganha pouco”.

O entrevistado E2, de 16 anos e que ainda esta cursando o ensino médio relatou:

“Sim, eu considero importante. Embora eu ainda não tenha porque o curso demora bastante, mas eu vou começar sim...o Inglês . Não cheguei a iniciar não, mas pretendo”.

O entrevistado E3, de 21 anos e que cursa o ensino técnico de forma subsequente, também ressaltou a importância da língua inglesa e que tem a intenção de iniciar um curso no futuro.

A entrevistada E4, de 18 anos e que ainda cursa o ensino médio, observou a necessidade da língua inglesa no mercado de trabalho macaense:

“O inglês porque é a língua mais falada por aqui por causa do mercado de trabalho, e como a minha mãe diz, também é importante eu aprender uma língua estrangeira. Não iniciei ainda um curso, mais pretendo fazer, estou à procura”.

Outro tópico pesquisado foi o que estes alunos pretendem fazer após concluírem o ensino técnico, se pretendem fazer outro curso, uma graduação, trabalhar, etc.

Todos os entrevistados do SENAI pretendem continuar estudando. O entrevistado Q1, de 19 anos, respondeu:

“Pretendo continuar estudando, pretendo trabalhar e pretendo iniciar a minha faculdade em engenharia mecânica. Trabalhar na área que estou me formando”.

A entrevistada Q2, de 18 anos e que está cursando o ensino médio, afirmou que pretende continuar estudando, se inscrever para outro curso. No momento pretende cursar uma graduação no futuro na mesma área do curso técnico, mas que daqui um tempo pode mudar de ideia.

A entrevistada Q3, de 18 anos, relatou que após concluir o ensino técnico pretende conseguir um estágio na área para saber se realmente é isso que vai querer fazer. Se não der certo, tem outro curso superior em mente, administração porque gosta de mexer com papeis e organização.

O entrevistado Q4, que ainda cursa o ensino médio, pretende continuar estudando, fazer uma graduação em engenharia mecânica, e se surgir uma oportunidade de emprego, vai tentar conciliar as duas coisas.

Entre os alunos do SENAC a intenção de continuar estudando também esteve presente. A entrevistada E1, de 23 anos e que está na fase final do ensino técnico, respondeu a pergunta da seguinte maneira:

“Pretendo continuar estudando, eu pretendo sim, fazer uma faculdade, já é um projeto para junho quando eu acabar esse aqui, eu já estou estudando pra fazer um pré-vestibular , um vestibular na verdade numa faculdade pública e eu pretendo sim fazer é meio ambiente. Segurança do trabalho e meio ambiente tão juntos, acho que vai acrescentar um ao outro. Eu pretendo ir para a área de meio ambiente”.

O entrevistado E2, de 16 anos, afirmou:

“Eu pretendo continuar estudando, é quem sabe passar no ENEM né, cursar uma faculdade, mas eu tô buscando muito a área assim de engenharia de segurança, que já é assim um passo além do técnico de segurança, assim me especializar sempre, fazer uma pós em ambiental. Na mesma área, seguindo a mesma área, não busco diferenciar muito pra não ficar desfocado e quero seguir apenas um objetivo”.

A opção por fazer outro curso na mesma área apareceu também na fala do entrevistado E3, de 21 anos, e além deste outro curso, pretende fazer no futuro uma graduação na mesma área, segundo ele “manter o foco no mesmo ensino”.

A entrevistada E4, de 18 anos e que cursa o ensino médio, relatou que:

“Pretendo continuar estudando, um outro curso técnico, só que eu ainda não tenho em mente qual. Graduação num futuro mais pra frente. Pode ser da mesma área mesmo, aí eu já tô mesmo na área”.

3.3.3. Ensino técnico

Outro tópico pesquisado foi o papel que o ensino técnico tem na trajetória escolar e profissional dos alunos e como as suas famílias avaliam o curso técnico.

Com o aumento da exigência de qualificação por parte do mercado de trabalho, os jovens encontram-se em uma difícil situação para conseguir se inserir neste mercado. Desta forma, o ensino técnico pode ser um dos possíveis caminhos para entrar na disputa por uma vaga de emprego (MACIEL, 2006).

Entre os alunos do SENAI, todos responderam que o curso técnico é uma coisa importante e que recebem apoio de seus familiares. O entrevistado Q1, de 18 anos, respondeu que vai contribuir bastante porque quer fazer engenharia mecânica no futuro, e o curso técnico “vai dar aquela ajuda a mais na minha formação”. Sobre sua família, afirmou que recebe muito apoio, principalmente de seu pai.

A entrevistada Q2, que ainda esta cursando o ensino médio, respondeu da seguinte maneira:

“Vai ajudar porque atualmente o curso técnico tá sendo muito valorizado e pra uma pessoa começar um curso técnico já ajuda muito, no caso se você não puder fazer uma faculdade, um curso técnico já ajuda, já começa a abrir portas”.

Em relação a sua família:

“Eles apoiam muito, todo mundo fica comentando, conversando. Porque no caso, eu sou a única da família que fiz curso no SENAI, da família toda, eles valorizam muito”.

A entrevistada Q3, de 18 anos e que iniciou o ensino técnico após ter concluído o ensino médio, ressaltou que:

“Acho que é importante porque não são todas as pessoas que tem a oportunidade de estudar, ou então não tem o ensino técnico, então eu acho que isso é uma coisa que me diferencia”.

Além disso, afirmou que recebe apoio da família e que estes ficam felizes por ela porque sabem que ela gosta de estudar.

Da mesma forma, o entrevistado Q4, de 18 anos, considera que o ensino técnico é algo importante em sua vida, pois ajuda muito na área profissional da pessoa. Quanto ao apoio familiar, afirmou:

“Eles apoiam sim, eles acham interessante estar cursando, o que evita de eu ficar parado, o que é bom em todos os

aspectos, porque você evita de ficando parado, você tá se envolvendo em algo que não presta”.

Entre os alunos do SENAC a importância do ensino técnico, assim como o apoio familiar também se fizeram presentes. A entrevistada E1, de 23 anos, afirmou:

“Eu acho importante, eu acho que é um acrescento pra minha carreira e eu pretendo seguir a segurança do trabalho, eu pretendo fazer engenharia de segurança, então eu acho que é só o acréscimo, só o primeiro degrau, é muito importante”.

Em relação a sua família:

“Me apoiam, me incentivam até, a estudar porque como eu sou nova, a gente tem que aproveitar a minha juventude pra estudar, coisas de pais”.

O entrevistado E2, que ainda está cursando o ensino médio, respondeu:

“Eu acho importante, primeiro de tudo eu almejo concluir o ensino médio, mas como eu já estou cursando o técnico já faz um ano e alguns meses e eu vou terminar antes do colégio, eu acho interessante assim, porque já vou terminar com uma profissão. Embora eu acabando no meado do ano, eu só vou conseguir o diploma no final porque eu preciso ter o certificado do ensino médio, mas sim, eu acho importante, esse acompanhamento, essa linha paralela entre os dois. O ensino técnico vai me ajudar bastante”.

Quanto ao apoio familiar afirmou que eles apoiam bastante, que recebe bastante incentivo.

O entrevistado E3, que se mudou para esta região para cursar o ensino técnico, também afirmou que é muito importante e que recebe bastante apoio familiar.

A entrevistada E4, que ainda esta no ensino médio, afirmou que é “uma coisa que vai me ajudar bastante no mercado de trabalho”. Em relação a sua família:

“Açam que vai ser uma boa, um bom curso para o meu futuro, eles apoiam muito, todos de minha família estão dizendo que eu tô entrando no caminho certo, e que era para eu cursar até o final”.

De forma geral, os jovens entrevistados consideram o curso técnico muito importante porque o colocam como uma qualificação inicial, mas que pode ajudar a se inserir no mercado de trabalho, ser um diferencial.

3.3.4. Estágio

Atualmente, o estágio pode ser considerado uma oportunidade de adquirir experiência profissional. Além disso, existe a possibilidade de efetivação no trabalho após o término do período do estágio, pois durante este processo, o desempenho do indivíduo é analisado, e se for satisfatório, a contratação também é vantajosa para a empresa, devido ao fato deste funcionário já conhecer a dinâmica da empresa e não necessitar de treinamento ou período de adaptação (MACIEL, 2006).

Desta forma, foi perguntado aos alunos se estes já estavam fazendo ou pretendiam fazer estágio durante o curso, e o que representava o estágio para eles.

Os alunos do SENAI que foram entrevistados relataram que o estágio é importante em sua trajetória. O entrevistado Q1, que iniciou o ensino técnico há pouco tempo, após ter concluído o ensino médio, afirmou que é importante e que pretende inicia-lo no futuro.

A entrevistada Q2, que ainda cursa o ensino médio, afirmou que apesar de ser importante, não pretende fazer neste momento. Segundo ela:

“É importante, só que no momento eu não pretendo fazer. Aqui já tem a prática na oficina e também eu acho que eu não tô no momento pra fazer estágio não, eu quero me preparar mais pra fazer, mais cursos”.

A entrevistada Q3, que afirmou que no futuro pretende fazer estágio para ver se é esta área que quer seguir, também ressaltou sua importância.

O entrevistado Q4, que está cursando o ensino médio, ainda não está fazendo estágio, mas pretende fazer no futuro. Sobre o estágio ele afirmou que seria uma forma de colocar em prática o que aprende na sala de aula.

Assim como ocorreu no SENAI, os alunos do SENAC consideraram importante fazer estágio.

A entrevistada E1 está fazendo estágio atualmente e sua avaliação foi:

“Eu avalio como a melhor coisa que poderia ter acontecido na minha vida, uma experiência maravilhosa, uma escola pra mim. Eu aprendo na sala de aula e eu posso botar em prática e aprendo muito mais praticando do que só na teoria, então é maravilhoso”.

O entrevistado E2, de 16 anos, não fez estágio, mas afirmou que se tiver uma oportunidade, ela fará. Ele ressaltou a oportunidade de após o estágio, ser efetivado pela empresa e iniciar sua carreira profissional.

O entrevistado E3, de 21 anos, considerou o estágio importante, pois dá experiência. Ainda não fez estágio, tentou alguns processos seletivos, mas não obteve uma resposta positiva, contudo, continuará tentando.

A entrevistada E4, que iniciou o ensino técnico há pouco tempo, afirmou que pretende fazer no decorrer do curso.

“Eu acho que se eu conseguir um estágio vai me ajudar a beça no trabalho no futuro assim... porque aí é mais aprendizado pra mim, pra mim conhecer mais a área”.

3.3.5. Crise na Petrobras e expectativas em relação às oportunidades disponibilizadas pelo mercado de trabalho

Como mencionado anteriormente a maior empresa petrolífera do país está passando por uma turbulenta crise. Como a economia do município de Macaé é altamente dependente desta atividade econômica, está enfrentando problemas também.

Em decorrência disto, foi perguntado aos alunos se estes tinham conhecimento sobre a situação da cidade e do país, e quais eram as suas expectativas em relação às oportunidades disponibilizadas pelo mercado de trabalho, na área em que estão se qualificando, após a conclusão do curso técnico.

Os alunos do SENAI tem acompanhado a situação do país e do município. O entrevistado Q1, que iniciou o ensino técnico há pouco tempo, afirmou que sabe da situação que está ocorrendo, mas que não se foca muito na crise no momento, e sim nas “coisas em que estou estudando”.

Em relação ao mercado de trabalho, relatou:

“Acho que, como eles estão dizendo que a crise, que essa crise irá terminar em 2017 e será o ano de término do meu curso, espero que esteja bastante vagas no mercado de trabalho pra minha área. Não só pra minha área, como pras outras também”.

A entrevistada Q2, apesar de residir no município de Quissamã, tem acompanhado a situação do município de Macaé, pois é onde pretende trabalhar posteriormente, por ser “onde tem emprego”. Sobre a crise:

“Tá complicado, tá todo mundo perdendo emprego, muito desemprego. Tem empresas que eu acho que tá até decretando falência, fechando empresas. E isso é complicado porque, pra gente que tá se formando agora, isso é meio complicado porque a gente não sabe o que pode acontecer, se isso vai piorar, se isso vai melhorar, a gente tem que ficar estudando mesmo porque se daqui a um ano melhorar, a gente já tá terminando”.

Sobre o mercado de trabalho:

“Por enquanto eu acho que vai ser meio complicado pra arrumar um emprego, no caso agora, pela crise que tá passando vai ser meio complicado”.

A entrevistada Q3 relatou que tem acompanhado algumas notícias nos meios de comunicações, além de ter pessoas próximas a ela que estão sofrendo com esta situação. Segundo suas palavras:

“Tenho conhecimento sim... é tem sido um assunto bem comentado nas televisões, nas rádios, até porque tá afetando tanto as pessoas e que até mesmo pessoas bem próximas da gente estão sofrendo. Eu mesmo tenho um tio que ele trabalhava desde os 18 anos e agora com 27 ele foi despedido por conta de corte de custo. Eu conheço muita gente que tá sofrendo junto com a crise”.

Em relação às expectativas no mercado de trabalho:

“As minhas expectativas são que melhore né, no caso o quadro que nós estamos enfrentando hoje e conforme apareça uma

oportunidade eu possa aproveitar ela o máximo que eu puder e assim tá fazendo valer a pena o meu estudo de hoje”.

O entrevistado Q4, ressaltou que muitas empresas estão deixando de trabalhar por aqui, estão deixando a região, e mencionou também as plataformas que estão deixando a Bacia de Campos.

Quanto as suas expectativas no mercado de trabalho:

“São muitas as expectativas né, uma delas é eu ter chance de ter um emprego bom, ter chance de aprender mais, elevar meu conhecimento dentro do mercado de trabalho e evoluir e crescendo mais. O mercado de trabalho, mesmo ele estando em crise, mas ele sempre tem a tendência de voltar a subir, sempre foi assim, e sempre é assim no mundo, o capitalismo desde a revolução industrial”.

Assim como ocorreu no SENAI, os entrevistados do SENAC também tem acompanhado o complicado panorama atual. A entrevistada E1, de 23 anos e que atualmente é estagiária na Petrobras, respondeu se tem conhecimento sobre a crise da seguinte maneira:

“Pior que tenho, porque dentro da Petrobras o que a gente mais tá ouvindo ultimamente é corte de custo, tá tendo muita demissão, muito contrato tá sendo encerrado, tá bem complicado, bem difícil pra todo mundo. Tem muita gente desempregada na cidade, tá bem difícil mesmo, e pelo jornal também quando dá tempo eu acompanho, eu vejo que o dólar está altíssimo, que tá bem complicado mesmo as coisas”.

Sobre o mercado de trabalho:

“Eu espero que seja a melhor possível, eu espero que essa crise passe logo, eu espero que eu consiga atuar na área, o que eu mais quero. É pelo fato de eu já estar estagiando, já é um passo a frente que eu tenho pra acrescentar ao meu currículo, então eu acho q tá tudo no caminho, tudo dando certo, tudo andando pro bem. Então eu espero que passe logo essa fase e que melhore as coisas porque eu quero muito trabalhar”.

O entrevistado E2, de 16 anos, relatou que o país está passando por um momento muito difícil, mas que ele acredita que irá melhorar, assim como a situação do município. Em relação ao mercado de trabalho:

“Olha o único, ao meu ver a única falta de oportunidade que não teria é a de estágio no momento, ao meu ver. O que seria mais difícil seria conseguir um estágio, mas embora vaga, emprego técnico assim em técnico de segurança não vai faltar

muito assim, para aqueles que são realmente qualificados, não vai faltar não”.

O entrevistado E3 mencionou a Petrobrás, a operação Lava Jato, e a perda de empregos. Quanto ao mercado de trabalho: “acho que o mercado vai disponibilizar vagas, sempre tem uma porta aberta”.

A entrevistada E4 ressaltou a diminuição dos salários e as demissões. Afirmou também que acredita que esta crise vai passar e que a situação do país e do município vai melhorar. Sobre o mercado de trabalho: “Eu sei que vai ser difícil, mas eu vou tentar assim mesmo, porque é o que eu quero”.

Outro tópico pesquisado foi qual a maior dificuldade que estes alunos esperavam encontrar para se inserir no mercado de trabalho na área em que estão se qualificando.

A inserção dos jovens no mercado de trabalho geralmente é assunto importante para aqueles indivíduos que estão se preparando para começar sua vida profissional e querem fazê-lo de forma competitiva (BARBOSA, 2012).

Os avanços tecnológicos introduzidos na cadeia produtiva nos últimos anos alteraram a dinâmica do mercado de trabalho elevando os seus requisitos de entrada, exigindo mais qualificação (GUIMARÃES, 2005).

Nos dias atuais, o mercado de trabalho possui, além da exigência de escolaridade, uma lista significativa de pré-requisitos para concorrer a uma vaga, entre elas estão à experiência profissional, conhecimentos de informática, língua estrangeira, entre outros (COSTA; NEVES, 2014).

Atualmente, com exceção da aluna do SENAC que é estagiária na Petrobras, nenhum dos alunos entrevistados trabalha na área de seu curso técnico. Entre os alunos do SENAI, o entrevistado Q1, que pretende começar a trabalhar assim que concluir o curso, ressaltou que sua maior preocupação é conseguir uma oportunidade devido a competição que existe no mercado de trabalho. De acordo com suas palavras:

“Oportunidade, é oportunidade é porque essa área é bem visada por muita gente, não só aqui o pessoal do Senai, como a minha turma tem 35 alunos, são essas pessoas que vai concorrer comigo por uma vaga de trabalho, ainda mais com

essa crise que nós estamos vivendo, vai dificultar um pouquinhos a mais”.

A entrevistada Q2, que ainda está cursando o ensino médio e pretende fazer mais cursos no futuro, afirmou que não pretende começar a trabalhar num futuro próximo, mas que se seguir na área da Mecânica, enfrentará problemas com alguns seguimentos desta área. Segundo ela:

“Eu acho que seria mexer nas máquinas porque eu não gosto muito de oficina. Eu prefiro mais desenho, oficina eu não me dou muito bem não, eu sei, mas na hora eu não gosto de fazer muito não”.

A entrevistada Q3, que pretende fazer um estágio para analisar se vai seguir nesta área, relacionou sua preocupação ao acidente que sofreu há pouco tempo:

“No momento, a maior dificuldade que eu penso que eu posso encontrar é ter que pegar alguma peça pesada porque eu sofri um acidente e eu quebrei o fêmur, aí as vezes eu sinto dores fortes na perna, aí eu não consigo as vezes ficar muito em pé pra tá atuando na área operacional”.

O entrevistado Q4 afirmou que o momento que considera ideal para iniciar sua vida profissional seria quando não tivesse mais preocupações com estudo, mas afirmou que devido à necessidade, isso não seria possível. Desta forma, pretende começar a trabalhar quando encerrar o ensino médio e o curso técnico, e irá cursar a faculdade e trabalhar ao mesmo tempo.

Em relação as dificuldade que espera encontrar no mercado de trabalho:

“Bom a maior dificuldade atualmente né, bom não posso dizer que tudo seria, botar a culpa na crise né, mas a maior dificuldade hoje em dia de se inserir no mercado é a concorrência, são pessoas altamente qualificadas, principalmente na nossa região e muitas pessoas de base não só técnica como também superior no mercado de trabalho”

Entre os alunos do SENAC, a entrevistada E1, de 23 anos, é a única atuando na área de seu curso técnico. Sobre o início da vida profissional:

“Eu comecei com 15 anos fazendo jovem aprendiz, fiz jovem aprendiz, fui contratada, continuei nessa empresa por um tempo, depois fui para outra empresa e ai no ano passado eu sai para iniciar o estágio, já vou fazer um ano de estágio. Atualmente sou estagiaria da Petrobras”.

Quanto à dificuldade de inserção no mercado de trabalho:

“Nessa área agora, no momento, é a crise no momento, porque o que você mais ouve falar é em corte de custo, ninguém tá contratando, tá mantendo o que tem e tem muita gente mais experiente que eu desempregada e então, assim a preferência é de quem tá desempregado mais experiente do que eu que vou acabar de me formar. Acredito que seja essa a maior dificuldade pelo menos até nos próximos dois anos, um ano e meio”.

O entrevistado E2, de 16 anos e que atualmente é estagiário no setor administrativo, afirmou que pretende fazer um estágio na área do curso técnico antes de procurar emprego. Quanto ao mercado de trabalho, ressaltou que sua preocupação é conseguir uma oportunidade por causa da falta de experiência profissional. Segundo suas palavras:

“Olha eu acho que a maior dificuldade seria a oportunidade, a oportunidade de estágio. E hoje eles buscam mais as pessoas que tenham conhecimento, que já estagiou. E a pessoa que não estagiou vai tá muito cru para ficar no mercado e exige um conhecimento da área. Seria também a falta de experiência profissional”.

O entrevistado E3, de 21 anos e que se mudou para a região para estudar, afirmou que pretende trabalhar assim que terminar o curso técnico. Sobre a sua inserção no mercado de trabalho, afirmou que a maior dificuldade que espera encontrar, de certa forma, é causada pela falta de experiência profissional. Segundo suas palavras:

“A convivência com os trabalhadores, eu vou chegar na empresa novo assim aí as pessoas acha que novato assim não sabe nada, como iniciante. Seria a falta de experiência profissional, porque a gente começa e outros já tem 30 anos de empresa ai fala que a gente não sabe nada de segurança”.

A entrevistada E4 ressaltou que pretende começar a trabalhar na área em que está se qualificando assim que concluir o ensino médio. Em relação ao mercado de trabalho, classificou a falta de experiência profissional como sua maior preocupação.

De forma geral, a maior preocupação demonstrada pelos alunos entrevistados para trabalhar na área de sua qualificação foi a competitividade do mercado de trabalho e a falta de experiência profissional

O discurso dos alunos entrevistados está baseado na ideologia meritocrática, ou seja, entendem que irão conseguir atingir seus objetivos através de seus próprios esforços.

Apesar de a qualificação profissional, a obtenção de certificados, ser um elemento importante para a obtenção de um emprego e para possibilidades de ascensão social, na sociedade capitalista existem outros aspectos que também influenciam nestas pretensões, como por exemplo, a origem social dos indivíduos e sua rede de contatos (LEMOS; DUBEUX, 2011). Na fala dos alunos entrevistados esses aspectos não se fizeram presentes.

Considerações finais

Os avanços tecnológicos alcançados nos últimos anos alteraram os requisitos para a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, pois elevaram os parâmetros de qualificação dos trabalhadores.

Neste cenário os jovens se encontram em uma situação de vulnerabilidade, pois cada vez mais aumenta o tempo de estudo e muitas vezes retarda-se o ingresso no mercado de trabalho. Além disso, concorrem com pessoas mais qualificadas e com mais experiência profissional.

Neste panorama o ensino técnico pode se tornar uma porta de entrada neste mercado competitivo. O ensino técnico no Brasil se iniciou a mais ou menos cem anos atrás e durante este período teve aumento no número de escolas e matrículas.

Como exposto anteriormente, o município de Macaé, com a intensa atividade petrolífera, teve nos últimos anos um elevado crescimento no número de matrículas neste tipo de ensino.

Entretanto, o município nos últimos meses vem sofrendo, assim como o país, com a crise na Petrobrás, levando a um período de demissões, retração econômica e incerteza.

Neste panorama, foi realizada uma pesquisa com os jovens estudantes do ensino técnico de nível médio deste município, buscando suas perspectivas em relação a alguns assuntos.

Entre os motivos que levaram estes jovens a escolher o curso em que estão matriculados atualmente, nas duas instituições de ensino, os motivos que se destacaram foram o gosto pela área, a sugestão de pessoas próximas e a realização de pesquisa prévia.

Quando lhes foi questionado sobre o que os levou a escolher o Sistema S de ensino, na fala de todos os entrevistados das duas instituições de ensino, a qualidade e a referência destas instituições apareceram como os principais motivos de escolha.

No que se refere à escolaridade, todos os entrevistados ressaltaram a importância de estar estudando e continuar estudando, diferenciaram-se em termos de que tipo de qualificação seguir após o ensino técnico devido aos diferentes momentos em que se encontram, pois alguns ainda estão cursando o ensino médio, outros querem se certificar de que é esta área que irá seguir, entre outros. Além disso, todos demonstraram a intenção de continuar estudando após a conclusão do curso em que atualmente estão matriculados, apesar de ressaltarem que este curso terá importância nas suas vidas, principalmente como uma formação inicial.

Todos atribuíram importância ao conhecimento de uma língua estrangeira, principalmente numa economia tão internacionalizada como a do município de Macaé.

Sobre a atual situação econômica do país, e principalmente do município, todos tem acompanhado de alguma forma o desenrolar da situação. Inclusive quando questionados sobre quais dificuldades esperam encontrar para se inserir no mercado de trabalho, muitos citaram a crise como um dos problemas. Contudo, também se destacaram a falta de experiência e a competitividade do mercado de trabalho.

A inserção dos jovens no mercado de trabalho é, há alguns anos, uma das principais preocupações do poder público, acarretando em um conjunto de medidas nas esferas de qualificação profissional e políticas de incentivo ao emprego (ALVES, 2007).

Como mencionado anteriormente, os jovens encontram-se em situação ainda mais complicada em momentos de crise, pois buscam se inserir em um mercado que não está comportando pessoas mais qualificadas e com mais experiência profissional.

Neste momento turbulento serão ainda mais necessárias medidas que beneficiem esta parcela da população.

Referências

ALVES, NATÁLIA. Inserção profissional dos jovens: do problema social ao objecto sociológico. <http://www.uff.br/ejatrabalhadores/artigo-02.htm> , v. 28, n. 01, p. 2007.

ARRUDA, Maria da Conceição Calmon. **A reforma do ensino médio-técnico: democratização ou cerceamento?**. 2007.

BARBOSA, Carlos Soares; DELUIZ, Neise. Qualificação profissional de jovens e adultos trabalhadores: primeiro emprego em discussão. **Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro**, v. 34, n. 1, p. 50-63, 2008.

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. O jovem no mercado de trabalho. **Juventudes e gerações no Brasil contemporâneo. Porto Alegre: Sulina**, 2012.

BOURDIEU, Pierre et al. A juventude é apenas uma palavra. **Questões de sociologia**, p. 112-121, 1983.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

CARDOSO, Adalberto . Juventudes, gerações e a atualidade de um tema clássico. In: Adalberto Cardoso. (Org.). **Juventudes e Desigualdades. 1ed.Rio de Janeiro: Azougue**, 2014, v. 1, p. 5-46.

CARRANO, Paulo. Políticas Públicas de Juventude: desafios da prática. **Juventudes, Políticas Públicas e Medidas Socioeducativas**, 2011.

CASTELS, Manuel; A Sociedade em Rede. São Paulo: **Paz e Terra**, v. 3, 1999.

CASTIONI, Remi. Planos, Projetos e Programas de Educação Profissional: agora é a vez do PRONATEC. **Revista Sociais e Humanas**, v. 26, n. 1, p. 25-42, 2013.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Por um novo paradigma do fazer políticas-políticas de/para/com juventudes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 19, n. 2, p. 19-46, 2002.

CORROCHANO, Maria Carla. O trabalho e a sua ausência: narrativas juvenis na metrópole. 1. ed. São Paulo: **Annablume**, 2012. v. 1. 298p.

_____ Maria Carla. Jovens no ensino médio: qual o lugar do trabalho? - In: DAYRELL, Juarez (Org.); CARRANO, Paulo (Org.); MAIA, Carla Linhares (Org.). **Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: UFMG**, 2014. 339 p.

COSTA, Janaina; NEVES, Magda. O JOVEM E O MERCADO DE TRABALHO: estudo de caso na periferia de uma grande metrópole. **Caderno CRH**, v. 17, n. 42, 2004.

CUNHA, Luiz Antônio. Industrial-manufacturing education in Brazil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 89-107, 2000.

_____, Luiz Antônio. Ensino médio e ensino técnico na América Latina: Brasil, Argentina e Chile. **Cadernos de Pesquisa**, n. 111, p. 47-70, 2013.

CRUZ, José Luis Vianna da. Emprego, Crescimento e Desenvolvimento Econômico: Notas sobre um Caso Regional. **Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro**, v. 29, n.1, p. 28-40, 2003.

_____, José Luis Vianna da. Os desafios do Norte e do Noroeste Fluminense frente aos grandes projetos estratégicos. **Vertices**, v. 9, n. 1, p. 43-50, 2007.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, nº 23, 2003

DE MASI, Domenico. **O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial**. J. Olympio, 2003.

DIAS, Robson Santos. Mudança institucional e desenvolvimento local: perspectivas para o arranjo produtivo de petróleo e gás natural de Macaé-RJ. **Anais: Encontros Nacionais da ANPUR**, v. 14, 2013.

ESTEVES, Luiz Carlos Gil; ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: **Mundos sociais: saberes e práticas**. 2008.

FAURÉ, Yves-André. Macaé: internalizar as oportunidades do petróleo e diversificar a economia municipal. 2005

FARIA, Lucimeire Cordeiro da Silva; KRAMER, Debora Amandio; NASCIMENTO, Viviane Monsore do; REIS, Patricia Nunes Costa; SOUZA, Agamênom Rocha. O impacto da Governança corporativa no Risco da Empresa PETROBRAS. 12º Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia- SEGET - AEDB, 2015.

FRESNEDA, B. Desigualdade de Oportunidade no Ensino Médio Técnico Brasileiro. Mimeo. Presented at “**36º Encontro Anual da Anpocs**”. **Águas de Lindóia, Sao Paulo**, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controverso. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, 2005.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 11 ED. **São Paulo: Nacional**, 1971. 248p.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. . Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil?. In: Helena Wendel Abramo; Pedro Paulo Martoni Branco. (Org.). **Retratos da Juventude Brasileira**. 1a.ed. São Paulo: Instituto Cidadania e Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, v. , p. 149-174.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias qualitativas na sociologia. 1992.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais. **Estudos de Sociologia** (São Paulo), São Paulo, v. 18/19, p. 193-206, 2005.

LACERDA, A. C.; BOCCHI, J. I.; REGO, J. M.; BORGES, M. A.; MARQUES, R. M. Economia brasileira . **São Paulo: Saraiva**, 2000.

LARANJEIRA, Denise Helena P.; TEIXEIRA, Ana Maria Freitas. Vida de jovens: educação não-formal e inserção socioprofissional no subúrbio. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 37, p. 22-37, 2008.

LEMONS, A. H. C. ; DUBEUX, V.J.D. ; Pinto, Mario . Empregabilidade dos jovens administradores: uma questão meritocrática ou aristocrática ?. **BBR. Brazilian Business Review** (Edição em português. Online) , v. 8, p. 94-115, 2011.

LEON, Alessandro Lutfy Ponce de. Juventude, juventudes: uma análise do trabalho e renda da juventude brasileira. In: ABROMOVAY, Miriam; et al (Orgs). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2007, p. 271-321.

MACHADO; FARINAZO; GUEDES. Contribuições da Educação Profissional para Fomentar o Desenvolvimento da Zona Oeste. Desenvolvimento econômico local da Zona Oeste do Rio de Janeiro e seu entorno/ organizadores, Renata lèbre, Mauro Osório da Silva. – Rio de Janeiro, p-185-203, 2010.

MACIEL, Claudia Monteiro. O ensino técnico e a empregabilidade do jovem no Brasil. **Educação profissional: ciência e tecnologia**, v. 1, n. 1, p. 99-106, 2006.

MARTINS, Heloisa Helena T de Souza. A juventude no contexto da reestruturação produtiva. **Juventude em debate**, v. 2, p. 17-40, 2000.

_____, Heloisa Helena T. de Souza .Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e pesquisa**, v. 30, n. 2, p. 289-300, 2004.

MELLO LOUREIRO, Walter Luiz de. et al. A Indústria do Petróleo em Macaé: características e impactos socioeconômicos sob a ótica do desenvolvimento sustentável. **Vértices**, v. 16, n. 2, p. 189-220, 2015.

NOVAES, Regina. Juventude, percepções e comportamentos: a religião faz diferença. In: **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 263-290, 2005.

_____, Regina. Juventude e sociedade: jogos de espelhos, sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. **Revista Sociologia Especial–Ciência e Vida**. São Paulo, 2007.

NUNES, Brasilmar Ferreira; WELLER, Wivian. A juventude no contexto social contemporâneo. **Estudos de Sociologia**, v. 2, n. 9, p. 43-57, 2014.

OTRANTO, Celia Regina. Criação e implantação dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia–Ifets. **Revista Retta**, v. 1, p. 89-110, 2010.

PAES, Diego Cristóvão AS; SILVA, Tania Nunes da. A CRISE NA PETROBRAS E A NATUREZA DAS EMPRESAS ESTATAIS, 8º congresso IFBAE, 2015.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude—alguns contributos. **Análise social**, p. 139-165, 1990.

_____, José Machado. Máscaras, jovens e “escolas do diabo”. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 37, p. 7-21, 2008.

_____, José Machado. A juventude como fase de vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse. **Saúde e Sociedade**, v. 18, n. 3, p. 371-381, 2009.

PAGANOTO, F. Mobilidade e trabalho em Macaé/ RJ, a “capital do petróleo”. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGG, 2008.

PARANHOS, Michelle. A política educacional para a formação dos trabalhadores e a especificidade do projeto capitalista brasileiro: o ideário educacional em função da (des) qualificação do trabalho. **Revista Educação Profissional**, p. 33-49, 2010.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, v. 5, n. 6, p. 15-24, 1997.

PEREGRINO, Mônica. Juventude, trabalho e escola: elementos para análise de uma posição social fecunda. **Cadernos Cedes**, v. 31, n. 84, p. 275-291, 2011.

PILATTI, Andriele; MARIANO DOS SANTOS, Maria Elisabete. O domínio da língua inglesa como fator determinante para o sucesso profissional no mundo globalizado. **Secretariado Executivo em Revist@**, v. 4, n. 4, 2011.

PIQUET, Rosélia. Norte Fluminense: mudanças e incertezas na era do petróleo. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 6, n. 9, 2007.

_____, Rosélia. Impactos da indústria do petróleo no Norte Fluminense. Impactos sociais, ambientais e urbanos das atividades petrolíferas: o caso de Macaé, org. Selene Herculano., Niterói, <http://www.uff.br/macaeimpecto/OFFICINAMACAE>, 2010.

POCHMANN, Márcio. Raízes da grave crise do emprego no Brasil. In: Gomes, A. (Org.). **O trabalho no século XXI: considerações para o futuro do trabalho**. São Paulo: Anita Garibaldi, p. 35-48, 2001.

_____, Marcio. Educação, Trabalho e Juventude: o dilema brasileiro e a experiência da prefeitura de São Paulo. **La Inclusión Laboralde los Jóvenes: entre la desesperanza y la contrucción coletiva**. Montevideo: CINTERFOR/OIT. Disponível em: prejal.oit.org.pe/prejal/docs/bib/200711170032_4_2_0.pdf, 2005.

_____, Marcio. Trabalho e formação. **Educação & Realidade**, v. 37, n. 2, 2012.

_____, Márcio. Mudanças na ocupação e a formação profissional. **Trabalho & Educação** v. 6, p. 48-71, 2013.

PORTELINHA, Mateus Alves Martins. UMA ANÁLISE DA ATUAL SITUAÇÃO DA PETROBRAS E A INFLUÊNCIA DAS CRISES SOBRE OS NÍVEIS DE PRODUÇÃO. **MONOGRAFIA**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

POSE, Florinda de Souza Torreira. Compensações financeiras do setor petrolífero e a fomentação da educação básica no município de Macaé-RJ, Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47E, 2011.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**, Petrópolis, RJ, 2008.

RODRIGUES, C. M. Da escola ao trabalho: representações sociais de jovens alunos da educação profissional e tecnológica e seus projetos de futuro. 2010.189p. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

SALM, Cláudio. Novos requisitos educacionais do mercado de trabalho. **Oliveira, MA de Economia & trabalho**. Campinas: São Paulo: UNICAMP. IE, p. 235-251, 1998.

SEVERO, Mirlene Fátima Simões. ESTATUTO DA JUVENTUDE NO BRASIL: avanços e retrocessos (2004-2013). **Revista Juventude e Políticas Públicas**, v. 1, n. 1, 2014.

SILVA, Vini Rabassa da; SILVA, Roselani Sodré da. Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. **Caderno CRH**, v. 24, n. 63, p. 663-678, 2011.

SILVA, Monica Ribeiro da ; PELISSARI, Lucas Barbosa; STEIMBACH, Allan Andrei. Juventude, escola e trabalho: permanência e abandono na educação profissional técnica de nível médio. **Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 2, p. 403-417, 2013.

SOUZA, M. A. A. de. A juventude no plural: anotações sobre a emergência da juventude. In: **R. Alvim.; T. Queiroz; Jr. E. Ferreira (Comps.). Jovens & Juventudes**, p. 35-50, 2005.

SOUZA, José dos S. Trabalho, Juventude e Qualificação Profissional: a pedagogia da hegemonia das políticas de inclusão de jovens no Brasil. In: **Anais... I Seminário Nacional de Sociologia & Política UFRP**, 2009, Paraná, Brasil. Anais eletrônicos ISSN 2175-6880 Paraná: UFRP, 2009.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2006.

TEIXEIRA, Ana Maria Freitas. Percorrendo caminhos que conduzem ao curso técnico: entre incertezas e possibilidades. **Estudos de Sociologia**, v. 15, n. 28, 2010.

WINCKLER, Carlos Roberto; SANTAGADA, Salvatore. A educação profissional técnica de nível médio no Brasil: transição para um novo modelo?. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 39, n. 3, 2011.

Anexos

Cursos técnicos de Nível Médio existentes no país no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) versão do ano de 2015, estruturado em 13 eixos tecnológicos, são eles:

Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde

- Técnico em Agente Comunitário de Saúde
- Técnico em Análises Clínicas
- Técnico em Biotecnologia
- Técnico em Citopatologia
- Técnico em Controle Ambiental
- Técnico em Cuidados de Idosos
- Técnico em Enfermagem
- Técnico em Equipamentos Biomédicos
- Técnico em Estética
- Técnico em Farmácia
- Técnico em Gerência de Saúde
- Técnico em Hemoterapia
- Técnico em Imagem Pessoal
- Técnico em Imobilizações Ortopédicas
- Técnico em Massoterapia
- Técnico em Meio Ambiente
- Técnico em Meteorologia
- Técnico em Necropsia
- Técnico em Nutrição e Dietética
- Técnico em Óptica
- Técnico em Órteses e Próteses
- Técnico em Podologia
- Técnico em Prótese Dentária
- Técnico em Radiologia
- Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicos
- Técnico em Reciclagem
- Técnico em Registros e Informações em Saúde
- Técnico em Saúde Bucal
- Técnico em Vigilância em Saúde

Eixo Tecnológico: Controle e Processos Industriais

- Técnico em Análises Químicas
- Técnico em Automação Industrial
- Técnico em Eletroeletrônica
- Técnico em Eletromecânica
- Técnico em Eletrônica
- Técnico em Eletrotécnica
- Técnico em Manutenção Automotiva

- Técnico em Manutenção de Aeronaves em Aviônicos
- Técnico em Manutenção de Aeronaves em Célula
- Técnico em Manutenção de Aeronaves em Grupo Motopropulsor
- Técnico em Manutenção em Máquinas Pesadas
- Técnico em Manutenção Metroferroviária
- Técnico em Máquinas Navais
- Técnico em Mecânica
- Técnico em Mecânica de Precisão
- Técnico em Mecatrônica
- Técnico em Metalurgia
- Técnico em Metrologia
- Técnico em Petroquímica
- Técnico em Processamento da Madeira
- Técnico em Química
- Técnico em Refrigeração e Climatização
- Técnico em Sistemas a Gás
- Técnico em Sistemas de Energia Renovável
- Técnico em Soldagem

Eixo Tecnológico: Desenvolvimento Educacional e Social

- Técnico em Alimentação Escolar
- Técnico em Biblioteca
- Técnico em Infraestrutura Escolar
- Técnico em Ludoteca
- Técnico em Multimeios Didáticos
- Técnico em Orientação Comunitária
- Técnico em Produção de Materiais Didáticos Bilíngüe em Libras/Língua Portuguesa
- Técnico em Secretaria Escolar
- Técnico em Tradução e Interpretação de Libras
- Técnico em Treinamento de Cães-Guia

Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios

- Técnico em Administração
- Técnico em Comércio
- Técnico em Comércio Exterior
- Técnico em Contabilidade
- Técnico em Cooperativismo
- Técnico em Finanças
- Técnico em Logística
- Técnico em Marketing
- Técnico em Qualidade
- Técnico em Recursos Humanos
- Técnico em Secretariado

- Técnico em Seguros
- Técnico em Serviços de Condomínio
- Técnico em Serviços Jurídicos
- Técnico em Serviços Públicos
- Técnico em Transações Imobiliárias
- Técnico em Vendas

Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação

- Técnico em Computação Gráfica
- Técnico em Informática
- Técnico em Informática para Internet
- Técnico em Manutenção e Suporte em Informática
- Técnico em Programação de Jogos Digitais
- Técnico em Redes de Computadores
- Técnico em Sistemas de Comutação
- Técnico em Sistemas de Transmissão
- Técnico em Telecomunicações

Eixo Tecnológico: Infraestrutura

- Técnico Aeroportuário
- Técnico em Agrimensura
- Técnico em Carpintaria
- Técnico em Desenho de Construção Civil
- Técnico em Edificações
- Técnico em Estradas
- Técnico em Geodésia e Cartografia
- Técnico em Geoprocessamento
- Técnico em Hidrologia
- Técnico em Portos
- Técnico em Saneamento
- Técnico em Trânsito
- Técnico em Transporte Aquaviário
- Técnico em Transporte de Cargas
- Técnico em Transporte Dutoviário
- Técnico em Transporte Metroferroviário
- Técnico em Transporte Rodoviário

Eixo Tecnológico: Militar

- Técnico em Ações de Comandos
- Técnico em Armamento de Aeronaves
- Técnico em Artilharia

- Técnico em Artilharia Antiaérea
- Técnico em Cavalaria
- Técnico em Combate a Incêndio, Resgate e Prevenção de Acidentes de Aviação
- Técnico em Comunicações Aeronáuticas
- Técnico em Comunicações Navais
- Técnico em Controle de Tráfego Aéreo
- Técnico em Desenho Militar
- Técnico em Eletricidade e Instrumentos Aeronáuticos
- Técnico em Equipamento de Engenharia
- Técnico em Equipamentos de Voo
- Técnico em Estrutura e Pintura de Aeronaves
- Técnico em Forças Especiais
- Técnico em Fotointeligência
- Técnico em Guarda e Segurança
- Técnico em Hidrografia
- Técnico em Infantaria
- Técnico em Informações Aeronáuticas
- Técnico em Manobras e Equipamentos de Convés
- Técnico em Material Bélico
- Técnico em Mecânica de Aeronaves
- Técnico em Mergulho
- Técnico em Montanhismo
- Técnico em Navegação Fluvial
- Técnico em Operação de Radar
- Técnico em Operação de Sonar
- Técnico em Operações de Engenharia Militar
- Técnico em Preparação Física e Desportiva Militar
- Técnico em Sensores de Aviação
- Técnico em Sinais Navais
- Técnico em Sinalização Náutica
- Técnico em Suprimento

Eixo Tecnológico: Produção Alimentícia

- Técnico em Agroindústria
- Técnico em Alimentos
- Técnico em Apicultura
- Técnico em Cervejaria
- Técnico em Confeitaria
- Técnico em Panificação
- Técnico em Processamento de Pescado
- Técnico em Viticultura e Enologia

Eixo Tecnológico: Produção Cultural e Design

- Técnico em Arte Circense
- Técnico em Arte Dramática
- Técnico em Artes Visuais
- Técnico em Artesanato
- Técnico em Canto
- Técnico em Cenografia
- Técnico em Composição e Arranjo
- Técnico em Comunicação Visual
- Técnico em Conservação e Restauro
- Técnico em Dança
- Técnico em Design de Calçados
- Técnico em Design de Embalagens
- Técnico em Design de Interiores
- Técnico em Design de Joias
- Técnico em Design de Móveis
- Técnico em Documentação Musical
- Técnico em Fabricação de Instrumentos Musicais
- Técnico em Instrumento Musical
- Técnico em Modelagem do Vestuário
- Técnico em Multimídia
- Técnico em Museologia
- Técnico em Paisagismo
- Técnico em Processos Fonográficos
- Técnico em Processos Fotográficos
- Técnico em Produção de Áudio e Vídeo
- Técnico em Produção de Moda
- Técnico em Publicidade
- Técnico em Rádio e Televisão
- Técnico em Regência

Eixo Tecnológico: Produção Industrial

- Técnico em Açúcar e Alcool
- Técnico em Biocombustíveis
- Técnico em Calçados
- Técnico em Celulose e Papel
- Técnico em Cerâmica
- Técnico em Construção Naval
- Técnico em Curtimento
- Técnico em Fabricação Mecânica
- Técnico em Impressão Offset
- Técnico em Impressão Rotográfica e Flexográfica
- Técnico em Joalheria
- Técnico em Móveis
- Técnico em Petróleo e Gás
- Técnico em Plásticos

- Técnico em Pré-Impressão Gráfica
- Técnico em Processos Gráficos
- Técnico em Têxtil
- Técnico em Vestuário

Eixo Tecnológico: Recursos Naturais

- Técnico em Agricultura
- Técnico em Agroecologia
- Técnico em Agronegócio
- Técnico em Agropecuária
- Técnico em Aquicultura
- Técnico em Cafeicultura
- Técnico em Equipamentos Pesqueiros
- Técnico em Florestas
- Técnico em Fruticultura
- Técnico em Geologia
- Técnico em Mineração
- Técnico em Pesca
- Técnico em Recursos Minerais
- Técnico em Recursos Pesqueiros
- Técnico em Zootecnia

Eixo Tecnológico: Segurança

- Técnico em Defesa Civil
- Técnico em Segurança do Trabalho

Eixo Tecnológico: Turismo, Hospitalidade e Lazer

- Técnico em Agenciamento de Viagem
- Técnico em Cozinha
- Técnico em Eventos
- Técnico em Guia de Turismo
- Técnico em Hospedagem
- Técnico em Lazer
- Técnico em Serviço de Restaurante e Bar